

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NA ETIÓPIA: DAS
CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS AO DESAFIO DA
IDENTIDADE NACIONAL

MARIA MARQUES RIBEIRO

JUNHO-2025

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NA ETIÓPIA: DAS
CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS AO DESAFIO DA
IDENTIDADE NACIONAL

MARIA MARQUES RIBEIRO

ORIENTAÇÃO:

PROF. DOUTOR EDUARDO MANUEL MACHADO DE MORAES
SARMENTO FERREIRA

JUNHO-2025

LISTA DE ABREVIATURAS

ASS- África Subsaariana

BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

CEPD- Council for Economic Planning and Development

CRGE- Climate-Resilient Green Economy

ED – Estado Desenvolvimentista

EDD- Estado Desenvolvimentista Democrático

EPA- Ethiopian Privatization Agency

EPRDF- Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front

GEE- Gases de Efeito de Estufa

GTP- Growth and Transformation Plan

IDE- Investimento Direto Estrangeiro

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IFI- Instituições Financeiras Internacionais

LA- Leste Asiático

MCR- Mecanismos de Controlo Recíproco

MITI- Ministry of Trade and Industry

NPC- National Planning Commission

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OSC- Organizações da Sociedade Civil

PASDEP -Plan for Accelerated and Sustained Development to End Poverty

PIB- Produto Interno Bruto

PME- Pequenas e Médias Empresas

SDPRP- Sustainable Development and Poverty Reduction Program

RESUMO

Explorando a ideia do Estado Desenvolvimentista (ED) que se consolida na tentativa de se explicar o milagre económico do Leste Asiático (LA), esta dissertação visa compreender em que medida as suas características essenciais estão presentes na Etiópia. De facto, durante o regime da *Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front* (EPRDF), esta ideia foi ganhando importância, destacando-se por procurar contornar o modelo autocrático que acompanhou o sucesso de economias como Coreia do Sul e Taiwan. Já com o novo governo, políticas de liberalização têm sido adotadas e a filosofia *Medemer* tem-se tornado mais proeminente, debatendo-se como estas mudanças poderão reforçar ou representar o desvanecimento do ED. Apesar de algumas dinâmicas seguidas pelos exemplos clássicos já não serem mais apropriadas, acredita-se que o ED ainda possa ser uma diretriz relevante. Este estudo realça como o crescimento económico não é suficiente para se classificar este país como um ED e procura expor as discrepâncias em relação às características essenciais ao nível da liderança, burocracia e setor privado. Adicionalmente, e seguindo a perspetiva que identifica a falta de um senso de identidade nacional como um entrave ao ED na Etiópia, este trabalho final de mestrado também reconhece o desafio da identidade nacional, considerando a busca por unidade na diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Desenvolvimentista; Leste Asiático; Países em Desenvolvimento; África Subsaariana; Etiópia; Identidade Nacional

ABSTRACT

Exploring the idea of Developmental State (DS) which emerges in the attempt to explain the East Asia (EA) economic miracle, this dissertation aims to understand the extent to which its essential characteristics are present in Ethiopia. Indeed, during the *Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front* (EPRDF) regime, this idea gained ground, standing out for trying to avoid the autocratic model that accompanied the success of economies like South Korea and Taiwan. Yet, with the new government, liberalization policies have been adopted and *Medemer* philosophy have become more prominent, promoting the debate about how these changes can reinforce or represent a fading of DS. Although there are some dynamics that classical examples have followed that are no longer suitable, it is believed that the DS can still be a relevant guideline. This study highlights how economic growth is not enough to classify this country as a DS and seeks to expose the discrepancies in relation to the essential characteristics at the level of leadership, bureaucracy and private sector. Additionally, and following the view that identifies the lack of a sense of national identity as an impediment to the DS in Ethiopia, this master's final work also acknowledges the challenge of national identity, considering the quest for unity in diversity.

KEYWORDS: Developmental State; East Asia; Developing Countries; Sub-Saharan Africa; Ethiopia; National Identity

JEL CODES: O10; O25; O55; Z13

AGRADECIMENTOS

Não só pelas indecisões quanto ao tema sobre o qual gostaria que a minha dissertação incidisse, mas por acontecimentos que me impediram de visualizar a conseguir dar seguimento a esta etapa, demorei mais tempo do que contava para assistir à sua conclusão. Após a perda das minhas capacidades de concentração e de escrita habituais, fico então agradecida por ter tido a hipótese de recuperar e completar esta tarefa com tanto significado para mim. A escolha do tópico para o meu TFM foi, sem dúvida, um grande desafio. Além disso, mesmo depois de recolhida a informação, vários meses passaram até ser capaz de finalmente a alinhar numa direção que me fizesse sentido, sentindo menos insegurança face à questão de investigação. Apesar de toda a desilusão com o rumo que as coisas estavam a tomar, de me ter autossabotado e interrompido a elaboração do trabalho, até quando aparentemente já estava tudo mais encaminhado, é muito gratificante finalizar algo que, por momentos, pareceu uma impossibilidade.

Expresso assim os meus agradecimentos ao meu orientador, Professor Eduardo Sarmento, pela sua disponibilidade e compreensão enquanto eu organizava as ideias, por me ter dado diretrizes chave e ajudado a não desistir. Pela rapidez e simpatia das suas respostas, que incluíram dicas necessárias para uma maior coerência do trabalho, o meu muito obrigada!

Várias foram os que marcaram de forma positiva o meu percurso académico, porém, focar-me-ei naqueles com quem mais falei durante o capítulo de elaboração deste trabalho e que me deram o suporte, a paciência e a esperança que tanto precisei. Dirijo assim os meus restantes agradecimentos:

À minha família, que me foi dando a força, a atenção e a inspiração para continuar. Grata por me apoiarem e por todo o carinho ao longo da concretização deste objetivo.

Às conversas com a Magui e o Pedro, amigos que me incentivaram ao longo deste processo.

Ao apoio da Inês e ao contacto com a Viviana, colegas que, em especial, me deram palavras de encorajamento numa fase decisiva.

Não esquecendo a companhia das minhas gatas.

Sortuda e feliz por me terem acompanhado!

ÍNDICE

Lista de abreviaturas	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Agradecimentos	vii
Índice	viii
Índice de figuras	ix
1. Introdução	1
2. Estado Desenvolvimentista.....	2
2.1 O papel no Leste Asiático.....	2
2.1.1 O contributo de Johnson	2
2.2.2 O relatório do Banco Mundial	3
2.2.3 A Crise Asiática	5
2.2 Características essenciais.....	6
2.2.1 Liderança	6
2.2.2 Burocracia.....	7
2.2.3 Setor privado.....	8
2.3 A implementação na África Subsaariana.....	9
2.4 Principais desafios e críticas	13
3. Estado Desenvolvimentista na Etiópia	16
3.1 Contextualização.....	16
3.1.1 Adesão à ideia.....	16
3.1.2 Programas e planos em destaque	17
3.1.3 Crescimento económico.....	17
3.1.4 Perspetivas de industrialização	19
3.1.5 Posição em relação ao IDE e a influência da China	20

3.1.6 Autoritarismo	21
3.1.7 Mudança do partido dirigente	22
3.2 Características essenciais	22
3.2.1 Liderança	22
3.2.2 Burocracia	23
3.2.3 Setor privado	24
3.3 O desafio da identidade nacional	24
4. Conclusão	27
Referências Bibliográficas	30
Anexos	40

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Evolução do PIB per capita na Etiópia (1991-2024).....	18
FIGURA 2: Crescimento anual do PIB na Etiópia (1991-2024)	18
FIGURA 3: Índice de Desenvolvimento Humano na Etiópia (2023)	19
FIGURA 4: Divisão setorial do PIB na Etiópia (1991-2021)	20

1. INTRODUÇÃO

A ideia do Estado Desenvolvimentista (ED) consolida-se na sequência do percurso realizado por países do Leste Asiático (LA) entre as décadas de 1950 e 1980. Para além de se considerar ter sido o modelo económico seguido pelo Japão após a 2ª Guerra Mundial (Johnson, 1982; Brown & Fisher, 2020; Abie, 2021), associa-se frequentemente às trajetórias dos chamados Tigres Asiáticos¹: Coreia do Sul, Singapura e Taiwan. Partindo da visão do desenvolvimento como industrialização e crescimento equitativo orientado para as exportações, o Estado, dotado de uma estrutura institucional apropriada, desempenha um papel central no controlo dos movimentos de capitais, alocação de investimentos e coordenação de setores (Haggard, 2018). Embora alvo de reconceptualizações, a natureza fundamental do ED tem sido compreendida enquanto a construção de capacidade para que um Estado enfrente diversos desafios de desenvolvimento (Antenich & Alamineh, 2019). Para corresponder a lacunas nesse sentido, desenham-se programas e realizam-se parcerias com o setor privado (Gaudreault, 2019), criando-se mercados onde não existem e construindo-se um ambiente propício ao investimento e estabilidade política (Stiglitz, 1996).

O propósito deste Trabalho Final de Mestrado (TFM) será então explorar uma ideia que se acredita ter feito com que certos países, no espaço de poucas décadas, cumprissem o desígnio de eliminar a pobreza extrema. Assim, atendendo aos esforços em debater não só a possibilidade, mas a pertinência da implementação do ED em países em desenvolvimento, concretamente da África Subsaariana (ASS) e, dada a constatação da permanência de taxas de crescimento económico significativas na Etiópia, formulou-se a seguinte questão: *Em que medida as características essenciais do Estado Desenvolvimentista estão presentes na Etiópia?*

No âmbito deste trabalho, elencam-se como objetivos principais: (i) esclarecer as características essenciais do ED, (ii) analisar a implementação do ED na Etiópia e (iii) investigar as características essenciais do ED na Etiópia. Pelas particularidades do país selecionado e com base na perspetiva de Fukuyama (2019), procura-se também (iv) reconhecer o desafio da identidade nacional.

¹ Hong Kong, ainda colónia britânica até finais do séc. XX, também foi uma economia que ficou conhecida como Tigre Asiático, no entanto, esteve mais próxima do paradigma neoclássico (Cunha, 2012), não se classificando como ED.

Quanto à metodologia, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa. Não tendo sido recolhidos dados primários, o estudo ficou dependente da disponibilidade e qualidade da pesquisa dirigida por outros autores. Além disso, é de ter em conta que ao longo da pesquisa foram realizadas escolhas (mais ou menos conscientes) enviesadas por uma posição social e mentalidade de um momento histórico concreto (Deslandes, 1993). Tomada a decisão sobre o tema geral e consoante a exposição à literatura existente, foram formuladas alternativas de títulos para o trabalho e, para além do conceito principal- Estado Desenvolvimentista na Etiópia (certeza), foi sendo ponderada a adição de conceitos secundários- i.e. Política Industrial Verde (incerteza). Recorre-se a uma estrutura tipo caso de estudo, sobretudo por não se recolher dados primários ou secundários para validar hipóteses. Nesse sentido, este TFM é dividido em 4 secções. A primeira, a Introdução, tem o fim de apresentar o tema, o interesse e os objetivos gerais da dissertação. Sendo indispensável para a concretização dos objetivos propostos atender às características essenciais do ED, descrevem-se as mesmas ao longo da segunda secção, após uma síntese sobre o papel no Leste Asiático. De seguida, são feitas algumas considerações sobre a sua implementação na ASS, terminando a secção com os principais desafios e críticas. A terceira secção engloba uma contextualização do ED na Etiópia, uma análise das características essenciais e um panorama do desafio da identidade nacional. Por último, a quarta, dedica-se à conclusão, buscando-se uma resposta mais concisa à questão de partida.

2. ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

Could states learn to be “developmental” in at least some respects?

(Haggard, 2018, p.1)

2.1 O papel no Leste Asiático

2.1.1 O contributo de Johnson

As referências indicam que a ideia do ED foi formalmente apresentada pelo livro “*MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy*” de Chalmers Johnson (1982). Recorrendo à análise de Stiglitz (1996), Johnson defende como a surpreendente transformação da economia japonesa não foi nem acidental, nem um produto inevitável

de fatores exclusivos a esse país, mas resultado de um esforço deliberado e planeado do Estado em guiar o desenvolvimento. O estudo de Johnson sobre as estratégias que levaram o Japão a protagonizar feitos que se traduziram num milagre económico (Rapley, 2007) tornou-se então bastante influente e decisivo para sustentar os alicerces de uma ideia que se julga situar numa posição intermédia entre o sistema de *laissez-faire* e o de planeamento central (Antenich & Alamineh, 2019). Esta ideia eclética foi estendida a outros casos, exaltando-se os exemplos da Coreia do Sul e de Taiwan, que iniciaram o seu período de ED nos anos 60, uma década mais tarde do que o Japão.

2.2.2 O relatório do Banco Mundial

Em “*East Asia Miracle: economic growth and public policy*”, o World Bank (1993)² esclarece como algumas economias alcançaram maior sucesso usando muitos dos mesmos instrumentos políticos que outros países em desenvolvimento, pela maior disponibilidade para experimentar e adaptar políticas. Este acontecimento inédito não foi fruto apenas da acumulação superior de capital humano e físico, mas especialmente da maior eficiência em alocar recursos para investimentos altamente produtivos e do rápido *catch-up* tecnológico, verificando-se um ajustamento no sentido de mudar as vantagens comparativas. Os programas de crédito direto, que costumavam ser uma catástrofe noutros países em desenvolvimento, chegaram a ser benéficos no LA em termos de alocação do capital, uma vez que, embora o risco, foram destinados a projetos viáveis. Já a promoção de indústrias específicas, não teve tanto impacto. A estratégia de *export-push* foi a intervenção mais aclamada, assumindo-se também como sendo a mais promissora para outros países. Devido a diferentes experiências, o relatório elucida ainda como não houve apenas um modelo de desenvolvimento do LA, embora um conjunto de políticas comuns tenham sido usadas. Contudo, pela dificuldade imposta pelo cenário do contrafactual, acaba por se tornar válido o julgamento mais persuasivo sobre as causas do crescimento. O relatório alerta para a importância da gestão macroeconómica e dos sistemas de educação e, para além de elementos tipicamente associados à economia, destaca como as bases institucionais são necessárias ao sucesso de intervenções seletivas.

² São tidas em conta oito HPAE (High Performance Asian Economies) - Japão, Coreia do Sul, Singapura, Taiwan, Hong Kong, Indonésia, Malásia e Tailândia, no entanto, o escopo deste trabalho dará maior ênfase às primeiras quatro, pelo maior consenso de que constituem os exemplos clássicos do ED.

O crescimento dependerá da existência de determinadas condições ou pré-requisitos dentro de um dado contexto institucional, político, histórico ou cultural. Ainda que dificilmente descobertas, tais condições deverão ser criadas em países onde a adoção de certas políticas não é ainda suficiente. Enfatiza-se como no LA foram usados métodos *market-conforming* de intervenção estatal e política industrial. Sobretudo nas fases iniciais do desenvolvimento, os mercados têm mais tendência para apresentar falhas, sendo as políticas intervencionistas do LA uma resposta aos problemas de coordenação, salientando-se uma cooperação entre as empresas e padrões explícitos de sucesso baseados no desempenho. A transparência de informação ao nível das intervenções é tomada como imperativa, seja em termos dos critérios, seja na sua monitorização. Os bancos tiveram, sem dúvida, um papel determinante na alocação do capital e em comparação com outros países em desenvolvimento, é de notar que os *spreads* do sistema bancário eram relativamente baixos. A conclusão apresentada pelo relatório é de que, no geral, a política industrial não foi bem-sucedida no que respeita à mudança da estrutura industrial ou aumento da produtividade. Deste modo, crê-se que o desempenho superior a esses níveis e face às questões da aquisição e domínio das melhores práticas internacionais e da inovação tecnológica tenha sido consequência sobretudo da combinação de uma disciplina competitiva e bom funcionamento dos fatores de mercado aliados a uma estratégia pró-exportação. Adicionalmente, torna-se pertinente indicar quais as fundações do rápido crescimento que o relatório apurou, sendo estas: a garantia de baixa inflação e de taxas de câmbio competitivas, a construção de capital humano, a criação de sistemas financeiros efetivos e seguros, a limitação às distorções de preços, a absorção de tecnologia externa e a limitação do preconceito contra a agricultura. Além disso, o relatório revela que a repressão de salários não foi determinante na Coreia do Sul e Taiwan, não negando a sua expressividade em Singapura. É expressa a ideia de que as economias do LA não precisavam de reprimir agressivamente os sindicatos para um fraco movimento dos mesmos, sendo essa crença também contrariada pela experiência do Japão e da Coreia do Sul, onde os benefícios da repressão laboral não compensavam os custos económicos e políticos incorridos. Constatase que as posições relativas ao investimento direto estrangeiro (IDE) foram distintas. Singapura era mais dependente, sendo a principal tarefa da agência de planeamento económico a de como alocar de forma apropriada os investimentos estrangeiros e, dado o seu pequeno mercado interno, estes estariam mais voltados para a exportação. Na Coreia do Sul e em Taiwan, eram impostos

mais obstáculos, mas o IDE era encorajado na produção para exportação e em setores onde se antecipava uma transferência substancial de tecnologia, remetendo-se para como a orientação para exportação e o elevado capital humano formavam um círculo virtuoso (ibid.).

No capítulo “*State Intervention in 'Outward-looking' Development: Neoclassical Theory and Taiwanese Practice*”, Wade (1988), contra-argumenta em relação à literatura que sugere que a mudança do controlo de importações para a promoção de exportações ou um certo liberalismo dos investimentos indicam que o crescimento económico da Coreia do Sul ou de Taiwan se tenha devido à explicação neoclássica, atribuindo maior relevância ao papel da política industrial do que o relatório do World Bank, numa dinâmica em que o Estado “governava” o mercado (Gaudreault, 2019; Nkunzi, 2021).

Como consequência do bom desempenho ao nível das exportações, por vezes é gerada a noção de que as economias do LA tinham um elevado grau de abertura ao exterior, mas este variava consoante o setor e o tipo de política industrial exercida (Chang, 2003).

2.2.3 A Crise Asiática

Não se deixa de mencionar a crise asiática de 1997, que levando a um colapso na confiança na governança, deixou em perspetiva se o ED podia ser um modelo replicável para o crescimento a longo-prazo (Fritz & Menocal, 2007). Segundo os seus defensores, no geral, a crise não se deveu ao ED. Na verdade, e principalmente a partir da década de 80 na Coreia do Sul (Chang, 1998), derivou de problemas ao nível da arquitetura financeira internacional, instabilidade nos mercados internacionais de capitais, crescente desregulação financeira e liberalização prematura ao mercado de capitais, bem como falhas nos mecanismos de supervisão (Chang, 2003; Haggard, 2018). Não houve um desaparecimento ou declínio nítido do ED em favor do neoliberalismo, este apenas evoluiu para se adaptar a um mundo em mudança, desligando-se de algumas das suas características essenciais (Hayashi, 2010; Pirie, 2017; Wade, 2018b).

2.2 Características essenciais

2.2.1 Liderança

A estratégia e os objetivos de transformação do Estado eram definidos pela elite dominante, sendo alcançados com o auxílio de uma burocracia competente, por meio de uma estrutura de administração estatal autoritária que se encontrava consideravelmente independente da possibilidade de escolha democrática da sociedade³, ainda que podendo corresponder aos seus interesses gerais (Bolesta, 2007). De facto, a legitimidade dos ED estava fortemente correlacionada com as suas conquistas, deixando de ser tão importante como se chegava ao poder (Hauge & Chang, 2019; Gaudreault, 2019). Ressalta-se então como a sobrevivência política da elite dominante era função da sua capacidade em sustentar o crescimento económico durante um período considerável (Geroes & Ricz, 2021). Conforme as componentes selecionadas por Leftwich (1995), é de salientar a presença de uma sociedade civil fraca e subordinada.

A liderança política forte e o compromisso com desenvolvimento nacional foram das características mais óbvias de todos os EDs do LA (CROP, 2018). Deste modo, espera-se um consenso por parte da elite sobre o projeto de desenvolvimento nacional (Wade, 2018), que terá de ser posto à frente do enriquecimento pessoal e/ou ganhos a curto-prazo (Fritz & Menocal, 2007). Para além de objetivos de crescimento industrial, nomeadamente do setor manufatureiro (Hauge & Chang, 2019), os EDs preocupavam-se concomitantemente com a busca pela igualdade de rendimentos, pelo baixo desemprego e pela eliminação da pobreza extrema (Abie, 2021). Um ED distingue-se pela determinação em conceber instrumentos eficazes para atingir os objetivos almejados (COM, 2011) e pela tentativa de auferir as condições necessárias para que as forças produtivas se dirijam aos parâmetros definidos pelas economias mais avançadas (Cunha, 2012). Apesar dos objetivos ambiciosos, é de atender ao realismo político e também à flexibilidade política, para lidar com erros que acabam por não ser possíveis de evitar, reconhecendo-os e mostrando disponibilidade para redirecionar as políticas, caso não funcionem (Chang, 2003).

Para estabelecer as estratégias nacionais de desenvolvimento e mediar a interação com o setor privado, destacam-se as agências piloto e os fóruns de interação. A sua

³ Os Estados do Japão e de Singapura eram considerados mais democráticos do que os da Coreia do Sul e de Taiwan (Kedir, 2023).

formação auxiliou no estabelecimento do compromisso com o princípio de crescimento partilhado, na verificação da existência de comportamentos oportunistas, na redução do *rent-seeking*, na melhoria da coordenação entre as empresas e na troca de informação entre os negócios e o governo (World Bank, 1993). Enumeram-se: o *Ministry of Trade and Industry* (MITI) no Japão, o *Council for Economic Planning and Development* (CEPD) em Taiwan, o *South Korea's Economic Planning Board* e o *Singapore's Economic Development Board* (Caldentey, 2008; Chu, 2016; Cunha, 2012).

2.2.2 Burocracia

O senso de unidade e identidade comum possibilitados por critérios de recrutamento rigorosos que favoreciam a capacidade da burocracia, contribuíram para que existisse um senso de missão e identificação com os objetivos nacionais por parte da elite burocrática (Önis, 1991). Criaram-se redes informais que possibilitavam a existência de uma burocracia com maior coerência interna e identidade corporativa, sendo a adesão às mesmas preferencialmente assente na competência formal (Evans, 1989). Adicionalmente, para nutrir o espírito de serviço à comunidade, existia uma noção clara das recompensas tangíveis e intangíveis a longo-prazo por parte de quem era aceite para desempenhar tal função, valorizando-se a meritocracia (Assefa, 2020). Julga-se que o poder despótico pode ter sido importante numa fase inicial, no sentido de conferir autonomia à burocracia (Caldentey, 2008). De mencionar como o Japão e a Coreia do Sul não estiveram isentos de escândalos de corrupção, principalmente quando a relação entre burocratas e setor privado levou a conluíus e monopólios (Bayeh, 2019). Mesmo que as oportunidades para corrupção e *rent-seeking* tenham sido elevadas ou que tenha havido alguma prevalência desses comportamentos, os mesmos não foram predatórios, isto é, não foram responsáveis pela extração e exploração de recursos públicos para interesses particulares (Admasu, 2022) em detrimento de investimentos cruciais e da expansão da produtividade nacional (Fritz & Menocal, 2006).

Evans (1989) introduz o conceito de *embedded autonomy* enquanto característica que facilitou as fases mais marcantes de crescimento industrial, permitindo a contínua negociação e renegociação dos objetivos e políticas (Evans, 1995). A *embedded autonomy* circunscreve-se pela aparente conjugação contraditória de aspetos da burocracia Weberiana, nomeadamente o isolamento face às pressões sociais (Gaudreault, 2019) e a racionalidade, com a necessidade de colaboração com grupos ou

atores que, não capturando o poder do Estado com os seus interesses particulares, alinhavam com a burocracia na promoção dos objetivos de desenvolvimento, gerando capacidade institucional e permitindo a eficácia (Estêvão, 1994; Williams, 2014; Chu, 2016; Bitew, 2021). Conectando a autonomia com a incrustação, o Estado ganha poder infraestrutural, não só pela sua estrutura interna, mas pelas redes e instituições que o ligam a outros agentes (Bitew, 2021), devendo existir mecanismos que mediem a sua interação com grupos de interesse indispensáveis (Hauge & Chang, 2019). Assim, a burocracia deve compreender as necessidades do setor privado, buscando complementaridades e uma parceria em atingir metas de desenvolvimento (Bolesta, 2007), mas desligar-se suficientemente dos seus interesses para que a sua independência não fique comprometida (Hauge & Chang, 2019), desencorajando-se a corrupção e favorecendo-se um *esprit de corps* (World Bank, 1993).

No LA, a competência por parte da burocracia não se desenvolveu automaticamente e de um dia para o outro, dependendo de um processo prolongado de forte motivação política na luta pelo desenvolvimento (Fritz & Menocal, 2006).

2.2.3 Setor privado

Apesar do seu carácter intervencionista, as economias do LA atuavam num ambiente económico fundamentalmente capitalista, seguindo princípios de mercado e assumindo o setor privado um papel crucial no desenvolvimento (Daka, 2021; Bolesta, 2007). Perante o aumento de manufaturas intensivas em tecnologia, a ideia ficou associada à existência de uma base produtiva industrial densa e diversificada, que teve impactos diretos sobre as respetivas pautas de exportações (Cunha, 2012). Em relação às decisões de investimento, o Estado podia tanto liderar como seguir o mercado, realizando investimentos que as empresas privadas não estavam dispostas a fazer ou apoiando aqueles em que estas arriscavam, promovendo assim determinadas indústrias em detrimento de outras. Devido ao poder de influência para controlar e comandar a implementação da política industrial (Williams, 2014), a promoção de determinadas indústrias foi conseguida através de subsídios e restrições à competição, pelo que a ligação do governo ao setor privado auxiliou ao sucesso da política industrial, onde certos setores foram tidos como prioritários e estratégicos (Chang, 2003; Gaudreault, 2019). No ambiente institucional em que este processo tomou parte, o Estado não só ditava as normas e regras da existência social, política e económica em geral, como interferia

concretamente nas direções do desenvolvimento (Bolesta, 2007). Para tal desígnio foram utilizados por exemplo, em Taiwan e na Coreia do Sul, o que Amsden (2001) denominou por Mecanismos de Controlo Recíproco (MCR). O Estado oferecia assistência especial às empresas que iam ao encontro de determinadas metas de desempenho (Hauge & Chang, 2019), designadamente no que diz respeito às exportações, que se tornaram um critério mais objetivo no sentido de disciplinar os beneficiários de apoio. Consequentemente, esperava-se do Estado a vontade política, poder e capacidade para disciplinar o capital (Williams, 2014). De facto, o êxito da estratégia de industrialização baseada em incentivos criados pelo Estado, mesmo que contornando certas forças disciplinadoras do mercado, requeria que houvesse na mesma disciplina, sobretudo tendo em conta que a alocação dos subsídios, por exemplo, representava a socialização dos riscos enfrentados pelas empresas na prossecução de novas indústrias e de novos produtos (Chang, 2003; Oqubay, 2015).

A provisão de recursos financeiros é tida somente como um dos primeiros passos, visto que as empresas eventualmente irão precisar de outro tipo de ajudas (Chu, 2016). No caso da Coreia do Sul, as políticas intervencionistas entre as décadas de 60 e 70 incidiam nas interações entre o Estado, líderes empresariais e os chamados *Chaebols*, grandes e diversificados conglomerados empresariais (UNCTAD, 2013).

2.3 A implementação na África Subsaariana

A evolução do ED não seguiu um único caminho, mas foi possível criar um género de protótipo com base em alguns atributos (UNCTAD, 2013). Os casos de sucesso do LA constituem um poderoso símbolo de que os países de baixo rendimento podem ascender à categoria de alto rendimento no prazo de uma geração ou duas (Fritz & Menocal, 2007), o que gera interesse sobre a possibilidade de EDs africanos (Routley, 2014; Gebremichael, 2020). Tal visão torna-se apelativa e atual, uma vez que, em 2019, 57% da população mais pobre do mundo vivia na região da África-Subsaariana (anexo 1).

Após o fracasso das abordagens estatistas do período pós-colonial, a prescrição de medidas neoliberais associadas ao Consenso de Washington (Gaudreault, 2019) como os Programas de Ajustamento Estrutural durante as décadas de 80 e 90, também não se materializou nos resultados pretendidos (Chang & Grabel, 2005) – a chamada “década perdida” (Castells, 1992)- o que ocasionou a procura de novas estratégias, ainda que

mantendo presente a noção de que o Estado é um agente falível. O julgamento que Mkandawire (2008) faz das reformas neoliberais é que estas restringiam as instituições em vez de as transformar, sobrepondo-se a questão da estabilização macroeconómica a curto-prazo à do crescimento a longo-prazo. Outro argumento é o que de o neoliberalismo não funciona a não ser que um certo grau de desenvolvimento seja previamente alcançado (Abebe, 2018), sendo que a ausência de um mercado maturo em certos países de baixo rendimento gera incompatibilidade com a doutrina neoliberal⁴ (Gebremichael, 2020).

Nem sempre os Estados são capazes de tomar as ações nitidamente mais eficientes, no entanto, o foco do debate passa do papel da intervenção do Estado para a criação de capacidades deste. Além disso, a crise de 2008 voltou a expor as falhas do mercado e os problemas ao nível de respostas mais liberais (Castells, 1992). É de referir ainda como a agenda de boa-governança não se voltou tanto para o papel positivo e transformativo que o Estado desempenha no desenvolvimento (Fritz & Menocal, 2007).

No decorrer do pessimismo da “teoria da impossibilidade” (Castells, 1992), Mkandawire (2001) alertou para como há características que são conjunturais e não devem ser percecionadas como imutáveis ou intrínsecas às sociedades africanas. Os Estados do LA não eram necessariamente menos patrimoniais, *rent-seeking* ou corruptos que os africanos (Gaudreault, 2019). A emergência de EDs explica-se através de experiências de tentativa-erro e de *learning by doing* (Karaoguz, 2022), sendo que as instituições foram construídas à medida que se avançava e o desempenho, na ótica da política industrial, não era produto de características inatas ao LA, mas dessas mesmas experiências (Chang, 2003).

Muitas vezes são usadas políticas compatíveis com as instituições existentes para se evitar exceder a capacidade institucional da economia, todavia, deve haver uma preocupação constante em tentar aumentá-la para que um conjunto mais alargado de opções políticas fique disponível (World Bank, 1993). A ausência de um *blueprint* para outros países seguirem, não faz com que o conceito deixe de ser uma ferramenta analítica relevante (Oqubay, 2015), dado que ajuda na tarefa de esclarecer, mesmo em contextos temporais e espaciais diferentes, qual o carácter dos Estados e a sua propensão para um bom desempenho económico (Daka, 2021).

⁴ Apesar de ter difundido uma retórica neoliberal, tem também sido usada a expressão “*hidden developmental state*” para caracterizar o posicionamento do Estado nos EUA (Andrews e Nwapi, 2018).

Recorrendo à análise de Alexander Gerschenkron's do desenvolvimento tardio e pela associação do conceito de ED à industrialização de países economicamente atrasados, a falta de desenvolvimento do setor industrial, pode ser encarada como uma vantagem no movimento de *catch-up* com os países industrializados, através da transferência de experiências e tecnologia (Debanes & Lechevalier, 2014). O Estado desempenha um papel fundamental na inovação institucional necessária e no processo de industrialização, argumentando-se que quanto mais tempo um país adiar a questão da transformação estrutural, maior será a necessidade de intervenção estatal para recuperar do atraso (Debanes & Lechevalier, 2014; Lavers, 2023).

Em Doner et. al. (2005), argumenta-se como os EDs apenas surgem quando os líderes políticos se confrontam com uma situação de “vulnerabilidade sistêmica”, conceito proposto pelos autores e que resulta, consoante Gerochs e Ricz (2021), da interação entre os seguintes constrangimentos:

- Ameaça credível de que a deterioração nos padrões de vida da população poderá desencadear uma revolta popular impossível de gerir
- Crescente necessidade de divisas e material de guerra induzida pela insegurança nacional
- Restrições orçamentais severas impostas pela escassez de fontes fáceis de receita

Mesmo após o colonialismo japonês, algumas instituições deste sobreviveram na Coreia do Sul e Taiwan, podendo-se afirmar que as suas políticas ligadas a burocracias coerentes, ligações a atores privados e poder autocrático influenciaram o surgimento do ED nestas economias (Haggard, 2018). Ao passo que o colonialismo europeu em África revelou ter efeitos negativos no crescimento a longo-prazo, precisamente por não ter permitido o desenvolvimento de capacidades institucionais adequadas, tendo sido ainda mais predatório em relação às populações nativas e falhado em proteger os direitos de propriedade privada (ibid.). Além disso, o papel do Japão na região não se limitou à época de domínio colonial, mas como importante doador, parceiro económico regional e exemplo a seguir⁵ (Gerochs & Ricz, 2021). No contexto da Guerra Fria, houve também um apoio moral, diplomático e material considerável por parte das potências ocidentais (Gaudreault, 2019), designadamente os EUA que foram mais tolerantes face a atitudes

⁵ A teoria do *flying geese* de Akamatsu é um reflexo do impacto da liderança do Japão no florescimento destas economias (Haggard, 2018, p.12).

neo-mercantilistas dos países asiáticos aliados em relação à proteção de setores estrategicamente importantes, devido a motivações geopolíticas (UNCTAD, 2013; Haggard, 2018; Gerocs & Ricz, 2021).

Dado a sua dominância no LA, argumenta-se que a tradição confuciana, ligada a valores assentes no trabalho árduo, propensão a poupança elevada, zelo pela educação e aceitação de medidas autoritárias, poderá ter situado a comunidade e as suas prioridades acima de interesses individuais (Gerocs & Ricz, 2021). No entanto, apesar desta filosofia já contar com uma presença secular, ainda não tinha tido um impacto significativo no desenvolvimento (ibid.). Não obstante das sociedades do LA serem tidas como relativamente homogêneas, sem grandes diferenças étnicas, linguísticas ou religiosas, há algumas reservas quanto à utilidade das explicações culturais do ED (Stiglitz, 1996).

No relatório “*The Developmental State in Africa: Problems and Prospects*” (Meyns & Musamba, 2010) são explorados os seguintes elementos caracterizantes do ED: uma liderança política orientada para o desenvolvimento, uma burocracia autónoma e efetiva, um setor privado orientado para a produção e uma governança orientada para a performance. Para Gaudreault (2019) as pré-condições necessárias são a presença de uma ameaça externa ou interna, o consenso político, a concentração de poder e a continuidade da política, bem como um contexto internacional favorável. Quanto às características que qualificam um ED, o autor sintetiza-as nos seguintes parâmetros: liderança e visão orientada para o desenvolvimento, administração pública capaz e meritocrática, política industrial e os seus arranjos institucionais, autonomia incrustada e legitimidade baseada na performance. Na subsecção anterior houve uma tentativa de examinar estas dimensões, mas muitas dúvidas permanecem sobre os métodos, medidas⁶ e meios concretos para se conseguir efetivar essa tarefa (UN, 2012). Embora aprender com a história do LA pareça o mais sensato e pragmático, identificar o seu contributo preciso não é fácil, pelo que a adaptação e inovação devem ser elementos-chave para qualquer ED emergente (Routley, 2014; Ricz, 2019). Os próprios defensores da política industrial argumentam que as suas vantagens não requerem que o percurso dos países do LA tenha de ser completamente replicado, tarefa essa que seria também impossível (Haggard, 2018).

⁶ Através de medidas agregadas, por exemplo, não seria possível detetar a existência dos chamados “pockets of efficiency” no Brasil (Evans, 1989).

Esta abordagem poderá servir como um remédio para a falta de desenvolvimento, por meio da reconstrução e do reforço das capacidades do Estado, criando-se incentivos adequados à diversificação e a transformação da economia. (COM, 2011). É de referir que a ideia não se tem tornado influente somente por via de “canais intelectuais”, mas através de assistência mais direta ao desenvolvimento (Hauge & Chang, 2019). O discurso do ED na ASS tem por um lado sido marcado pelo debate sobre a sua possibilidade e viabilidade, dada a diferente realidade e circunstâncias globais mais restritivas do que quando surgiram EDs asiáticos (UN, 2012). Por outro lado, destaca-se a questão da concordância acerca da forma que deve tomar o ED e do interesse sobre o imperativo de o estabelecer (ibid.). A Mauritânia e o Botswana⁷ foram apontados como exemplos do bom funcionamento do ED na região (Castells, 1992; Bitew, 2021; Fritz & Menocal, 2006; Shumuye, 2015; Kedir, 2023).

2.4 Principais desafios e críticas

Os ED do séc. XX assentaram numa abordagem de crescimento económico voltada para a industrialização (Bolesta, 2007; Williams, 2014), no entanto, as estratégias de crescimento baseadas nas manufaturas e exportações já não são suficientes ou mesmo adequadas para os países de baixo rendimento atuais (Rodrik & Stiglitz, 2024). Não obstante da indústria manufatureira e da agricultura ainda serem setores cruciais para qualquer país em desenvolvimento⁸, considera-se já não serem capazes de conduzir às mudanças desejáveis no que respeita à expansão de bem-estar, observando-se uma centralidade dos serviços (Evans, 2012; Gerocs & Ricz, 2021; Williams, 2014).

A necessidade de reformulação, por exemplo, através da adição de novas palavras ao conceito, como o caso da expressão “Estado Desenvolvimentista Democrático” (EDD) reflete a necessidade de se moldarem alianças mais significativas com a sociedade e de garantir maior participação popular ao nível da governança e do processo de

⁷ O debate sobre a possibilidade do ED na África do Sul e Ruanda também tem tido representatividade na literatura (Khambule, 2020)

⁸ Vale ressaltar para o risco de “desindustrialização prematura”, conceito que alguns autores abordam na sequência da queda da percentagem do setor manufatureiro em países em desenvolvimento, inclusive em África (Oqubay, 2015).

transformação (Gaudreault, 2019). Uma das principais fraquezas do ED prende-se então com o facto de não dar relevância à natureza do regime político (Edigheji, 2005), intensificando-se a necessidade de uma sinergia Estado-sociedade mais ampla, apoiada por uma lógica mais *bottom-up* e participativa para o séc. XXI (Antench & Alamineh, 2019; Gaudreault, 2019). É unânime que os EDs na atualidade devem ser estabelecidos de modo democrático, até porque o autoritarismo também se encontra muito associado a experiências contrapostas às de milagre económico (Haggard, 2018). Todavia, embora a nomenclatura supracitada tenha ganho relevância pelo seu carácter ambicioso e prescritivo, continua a não se encontrar bem especificada teoricamente e a não indicar claramente como se proceder para se conseguir corresponder às expectativas de um crescimento económico rápido e equitativo (CROP, 2018).

Para além das críticas mais recorrentes relativas à supressão laboral e da sociedade civil, o conceito tem sido contestado por poder ser encarado como uma espécie de *buzzword* (Routley, 2012), sendo o debate contemporâneo mais relacionado com o “simples” facto de se revelar um termo conceptualmente vago (CROP, 2018).

Sabendo que não dá para medir o que não se pode conceptualizar em condições (Fukuyama, 2013), mais do que dúvidas sobre a possibilidade ou viabilidade do ED, a fiabilidade do conceito é colocada em questão. De facto, ao se tentar abranger um conjunto alargado de experiências heterogéneas num único conceito, corre-se o risco de perda do valor analítico (Fiani, 2012). A resposta através de receitas neoliberais padronizadas e massificadas para construção de mercados eficientes não será menos fracassada do que a busca da solução através de uma abordagem de ED também ela padronizada e massificada (Evans, 2012). Mesmo que o conceito continue a ser uma referência, pode ser atacado por se tornar tautológico (Haggard, 2018), nomeadamente quando a noção de um Estado ser desenvolvimentista se torna passível de ser deduzida pelo desempenho da economia (Mkandawire, 2001). Porém, na visão de Routley (2012), mesmo que um Estado possa não conseguir alcançar um crescimento económico expressivo, deve ser dada prioridade à existência de um compromisso com a ambição de desenvolvimento, sendo possível aceitar-se um Estado como desenvolvimentista sem que este revele um desempenho económico impressionante. Posto isto, é também possível afirmar que nem todos os países com elevadas taxas de crescimento seriam EDs (Gebremariam & Bayu, 2017).

A questão dos limites ambientais (Brodhant et. al., 2006), associada ao uso de combustíveis fósseis, à necessidade de energia renovável e de justiça ambiental é cada vez mais preocupante (Williams, 2014; Geroes & Ricz, 2021). Para além das alterações climáticas e da degradação ambiental, Regeni e Auktor (2017) apontam também o aumento da digitalização e das interdependências de mercado. A necessidade de interseção dos planos com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) não pode ser descurada (Haque, 2023). A título de exemplo, Kovacs (2013) parte do princípio de que a lógica do ED não é sequer compatível com a igualdade de género, especificamente na sua dimensão capitalista e autoritária, embora sem estabelecer causalidade. A organização da produção global mudou com a emergência de cadeias globais de valor (CVG) e mesmo sendo cada vez mais difícil não participar nestas, permanece um desafio aceder e conectar as empresas locais com as mesmas, persuadindo a que contribuam para o projeto de desenvolvimento nacional (Geroes & Ricz, 2021). Há claramente um “*uneven playing field*” no que respeita ao domínio atual da tecnologia e aos padrões internacionais de comércio (Stiglitz, 2018).

A juntar às alterações epistémicas que o próprio conceito de desenvolvimento tem vindo a passar, com interpretações mais direcionadas, por exemplo, para a abordagem das capacidades humanas (Williams, 2014; Geroes & Ricz, 2021), destacam-se as críticas pós-desenvolvimentistas que, tomando o desenvolvimento como um conceito irrecuperável, sugerem a necessidade de uma nova era (Amaro, 2017). Partindo de uma postura de disjunção, a corrente do pós-desenvolvimento rejeita conceitos de desenvolvimento alternativo, isto é, aqueles que não excluem a palavra desenvolvimento, uma vez que, apesar de boas intenções iniciais, sendo apropriados pelo sistema, acabam por assumir as características de dominação capitalista, colonialista e patriarcal do conceito original. No entanto, os conceitos tidos como alternativos ao desenvolvimento, que não incluem a palavra desenvolvimento, à medida que mais conhecidos e atrativos, poderão também eles ser apropriados, usurpados e utilizados por parte dos poderes hegemónicos. É por isso que se deve apostar numa epistemologia copulativa, que incite ao diálogo, interação e estabelecimento de pontes entre conceitos⁹ (ibid.), uma vez que a ânsia de se seguir em frente e de se libertar das influências negativas ligadas ao desenvolvimento pode levar a que se descarte uma essência mais pura que se manifesta

⁹ Estas posições são importantes em termos da análise dos principais desafios e críticas, contudo, não se pretende abordar tais conceitos de forma mais pormenorizada neste trabalho.

em seu nome e não se julga atrapalhar na busca por um futuro onde ninguém é deixado para trás.

3. ESTADO DESENVOLVIMENTISTA NA ETIÓPIA

To be judged developmental, a state does not need to be in control of everything and successful in all spheres.

(Fritz & Menocal, 2007, p.533)

3.1 Contextualização

3.1.1 Adesão à ideia

Com a queda do regime de Derg em 1991, o governo da *Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front* (EPRDF) voltou-se temporariamente para a ideologia ocidental (Bayeh, 2019), sugerindo o fracasso do sistema económico de planeamento central e estabelecendo a *Ethiopian Privatization Agency* (EPA). O envolvimento do Estado na economia foi reduzido e incentivada a expansão do setor privado, designadamente mediante privatizações com o intuito de aumentar receitas para as despesas governamentais, processo que contou com o apoio de doações financeiras e assistência técnica do Banco Mundial (Asabu, 2017). Porém, dadas as incompatibilidades com a realidade etíope, a dificuldade em se alcançar uma democracia eleitoral liberal e o desenvolvimento, a necessidade de encontrar ideias alternativas e parceiros além dos tradicionais foi ficando cada vez mais patente (Antench & Alamineh, 2019; Bayeh, 2019). Em 1994, com o *Five Year Development Program* e a assistência das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), foi esperada uma melhoria no âmbito das infraestruturas e do clima de investimentos (Asabu, 2017).

Após cerca de uma década de complacência com a crença que a solução passaria por uma economia assente no mercado livre e face à carência de intervenções estatais seletivas, adere-se oficialmente à ideia do ED (Bitew, 2021). O primeiro-ministro Meles Zenawi não só defendeu a sua adoção no país, mas em toda a África (Abie, 2021), considerando o ED capaz de, não atando as mãos ao governo, eliminar comportamentos de *rent-seeking* e falhas de mercado pervasivas que condicionavam muito mais o desenvolvimento (Alemayehu, 2009). A retórica do ED foi então marcando o discurso político, com a aspiração de não se seguir uma vertente repressiva (Abebe, 2018).

3.1.2 Programas e planos em destaque

Com o vislumbre da impossibilidade de erradicar a pobreza através de políticas neoliberais (Admasu, 2022), em 2003, é formalmente lançado o *Sustainable Development and Poverty Reduction Program* (SDPRP), onde se destacam as temáticas da agricultura, educação e desenvolvimento de infraestrutura (Bayeh, 2019). Já em 2005, o *Plan for Accelerated and Sustained Development to End Poverty* (PASDEP) deu sequência aos avanços positivos do PIB proporcionados pelo programa anterior (Bayeh, 2019). Aumentou o foco no setor manufatureiro, à semelhança dos planos de desenvolvimento dos EDs do LA (Hauge & Chang, 2019) e com as expectativas de aumento da performance económica deu-se seguimento ao *Growth and Transformation Plan* (GTP-I) - entre 2010 e 2015- e ao *Growth and Transformation Plan II* (GTP-II)¹⁰- desde 2015 até 2020 (Hauge & Chang, 2019), vincando-se o papel essencial de liderança do Estado nos setores da economia¹¹ (Bayeh, 2019). A Etiópia procurava tornar-se um país de rendimento-médio em 2025 (anexo 2), sobretudo através do setor manufatureiro (Bhorat & Tarp, 2016), sendo incluídas medidas de política industrial nos planos de desenvolvimento nacional (Hauge & Chang, 2019).

3.1.3 Crescimento económico

A Etiópia foi o único país africano com uma economia não-extrativa a alcançar um crescimento impressionante (Daddi, 2013), mesmo que este se dê a partir de uma base baixa (Hauge & Chang, 2019). O atual membro dos BRICS, foi considerado um “Leão Africano”, (Seid et.al., 2016; Fantini, 2013; Hauge, 2019), atingindo taxas de crescimento do PIB consecutivas de dois dígitos (Abie, 2021). Este termo mais informal, cunhado pela Boston Consulting Group em 2010, propõe uma certa analogia aos Tigres Asiáticos, remetendo para uma ideia simultânea de contraste e semelhança¹². Resta apurar melhor ao que está associado este crescimento económico, pelo que esta terminologia se pode até

¹⁰ A meta para a taxa de crescimento anual de manufaturas foi de 22%, a maior do que qualquer outro setor da economia (Hauge & Chang, 2019).

¹¹ A *Metals and Engineering Corporation* (METEC), estabelecida em 2010, consiste num exemplo surpreendente deste papel ao nível dos mega-projetos industriais e de infraestrutura e na estratégia de substituição de importações (Hauge & Chang, 2019).

¹² Apesar da literatura não ser tão exaustiva sobre esta expressão e de não existir um consenso evidente sobre quais serão os “Leões”, o propósito acredita-se ser o de realçar a permanência de taxas de crescimento económico significativas.

revelar precipitada (anexo 3 e 4), servindo mais como uma forma de incentivo a avanços positivos. Como se pode observar nas figuras abaixo, não restam dúvidas que os números indicam uma trajetória positiva, ainda assim é prematuro considerá-la um milagre (Hauge & Chang, 2019).

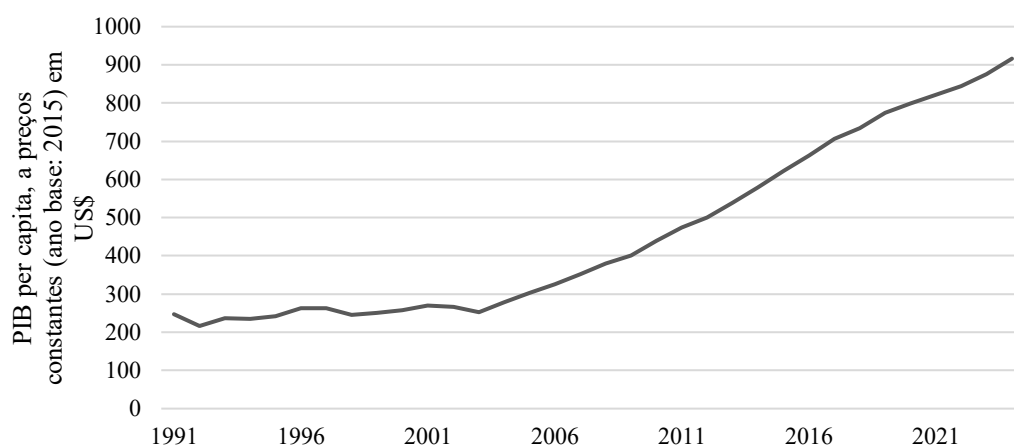


FIGURA 1: Evolução do PIB per capita na Etiópia (1991-2024)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Bank

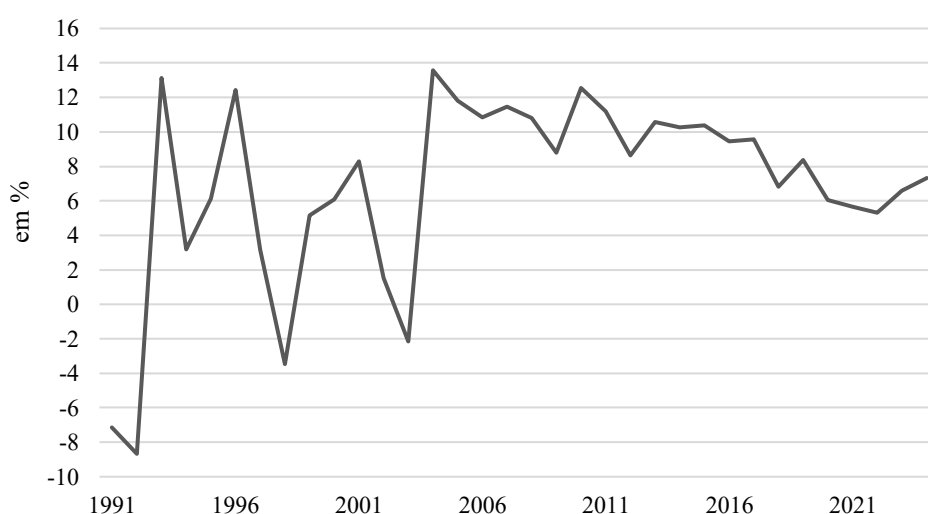


FIGURA 2: Crescimento anual do PIB na Etiópia (1991-2024)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Bank

Para além do crescimento económico sustentado gerado desde 2004, o elevado grau de sucesso em atingir 6 dos 8 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, por exemplo, foi uma conquista a ter em conta (CROP, 2018; Clapham, 2017). No entanto o valor de IDH ainda é baixo, embora tenha vindo a aumentar gradualmente ao longo dos

anos (anexo 5). Na figura seguinte são apresentados os valores do IDH e das suas respetivas componentes em 2023.

IDH na Etiópia: 2023	0,497
Esperança média de vida à nascença	67,32 anos
Anos de escolaridade esperados	9,22 anos
Média de anos de escolaridade	2,40 anos
RNB per capita em PPC	2796\$

FIGURA 3: Índice de Desenvolvimento Humano na Etiópia (2023)

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNDP

Os planos têm tentado também integrar uma visão de economia verde como forma de catalisar um crescimento de baixo-carbono, revelando uma preocupação acrescida com a transição sustentável, fator que os exemplos clássicos não deram tanta relevância. Tornando-se mais exigente a construção de capacidades para lidar com a vulnerabilidade aos impactos das alterações climáticas, a estratégia *Climate-Resilient Green Economy* (CRGE) reforça a necessidade de unir esforços nesse sentido, ainda que a contribuição histórica da Etiópia para as emissões globais de GEE tenha sido praticamente insignificante (FDRE, 2011), indicador também da baixa industrialização (LSE, 2024).

3.1.4 Perspetivas de industrialização

Na prática, a agricultura camponesa etíope acabou por não produzir os excedentes necessários, duvidando-se da sua capacidade de oferecer as matérias-primas adequadas e de qualidade para que o setor agrícola sirva de base à industrialização, criando emprego em massa, permitindo a urbanização e melhoria de padrões de vida (Clapham, 2017; Gebremichael, 2020; Lavers, 2023). A conclusão de uma série de mega-projetos e expansão de infraestruturas económicas ajudaram à convicção de que o país se tornaria um novo centro global para a chamada *light manufacturing* (Lavers, 2023). Da análise de Hauge e Chang (2019), à semelhança dos ED do LA, a Etiópia seria o país africano com maior probabilidade de alcançar o sucesso através da industrialização. Contudo, a produção de bens manufaturados de elevada qualidade esteve condicionada pela falta de

mão de obra devidamente qualificada (Bhorat & Tarp, 2016). Enquanto no LA os sistemas de educação se expandiram rapidamente e acompanharam o processo de formação dos Estados, na Etiópia o acesso universal à educação primária tem sido um fenómeno recente (Gebremariam & Bayu, 2017). As manufaturas dependem ainda fortemente de matérias-primas importadas, o que não abona a seu favor, pelas limitações em termos de divisas estrangeiras e no acesso a crédito, sobretudo para pequenas e médias empresas (PME).

Pela observação da divisão setorial do PIB, fica evidente o pequeno avanço em direção à transformação estrutural (Gebremichael, 2020). De alertar para a relevância crescente de um modelo baseado nos serviços, que mesmo não gerando o mesmo tipo de milagres que a industrialização voltada para a exportação possibilitou no LA, poderá levar a um crescimento de maior qualidade, com maior inclusão social e expansão da classe média (Rodrik & Stiglitz, 2024).

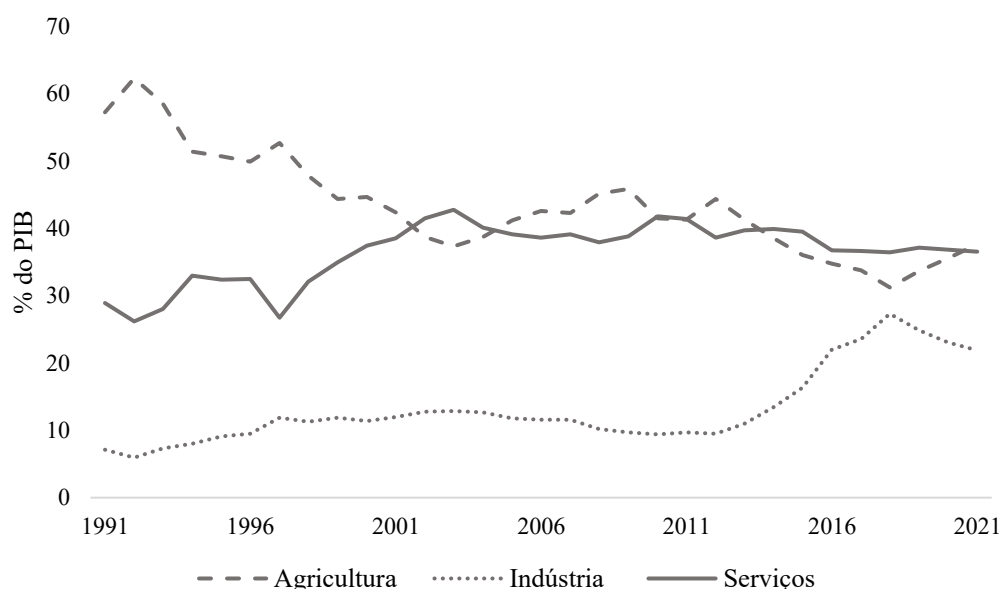


FIGURA 4: Divisão setorial do PIB na Etiópia (1991-2021)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Bank

3.1.5 Posição em relação ao IDE e a influência da China

Contrariamente aos EDs do LA, o governo tem contado mais com o IDE do que com os empresários nacionais como motor para o crescimento, sobretudo pela debilidade do comércio local (Clapham, 2017). Nesse sentido, não é adotada uma posição tão

rigorosa em relação ao IDE, nem aplicados tantos esforços para pelo menos encaminhar os investidores estrangeiros na aquisição de recursos locais e na transferência de tecnologia (Hauge & Chang, 2019), não tendo o apoio do IDE trazido grandes contribuições significativas para as receitas de exportação do país (Admasu, 2022). Os investimentos chineses em infraestruturas têm sido proeminentes, tendo-se tornado a China o seu principal parceiro comercial. Ao contrário de outros países africanos, a Etiópia não detém depósitos minerais significativos, pelo que a presença da China se explica sobretudo pela importância do país no continente em geral e pela afinidade ideológica (Clapham, 2017).

3.1.6 Autoritarismo

Segundo a EPRDF, ao contrário da Coreia do Sul e Taiwan, seria dada prioridade aos direitos da população rural, que seria beneficiada e mobilizada sem alienação (CROP, 2018). De facto, mesmo que colocadas em prática políticas e realizados investimentos no âmbito da saúde, educação e outro tipo de serviços sociais, os governos do LA não deixavam de ter uma estrutura autoritária (Fukuyama, 2019). A tendência para o autoritarismo tem comprometido o rumo à democratização, inclusão e participação (Dejene & Cochrane, 2018), sendo agravada pela ausência de um sistema competitivo multipartidário (Ibrahim & Wolde, 2022). Sendo uma “nação de nações”, a tarefa de construir uma cultura democrática ainda se torna mais difícil (Ibrahim & Wolde, 2022), sobretudo se a democracia for tida como uma exuberância conducente a condições de indisciplina e desordem adversas ao desenvolvimento, segundo a perspetiva de Lee Kuan Yew, conhecido por muitos como pai do moderno Estado de Singapura (Geroes & Ricz, 2021). Abebe (2018) alerta para como as administrações locais (*kebele*) se revelaram mais úteis como um meio de controlo e repressão política do que como representação das vozes da comunidade, noção que vai de encontro à ideia de Fantini (2013) sobre a desconsideração do conhecimento local e das aspirações dos grupos e indivíduos. Tornar desconhecidos em coparticipantes de um projeto comum (Ibrahim & Wolde, 2022) não é uma tarefa simples, daí a importância de olhar para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) enquanto instituições cruciais para a criação de pontes entre o governo e a população. Não obstante do potencial das OSC para uma sociedade mais democrática (Abebe, 2018), não têm funcionado da melhor forma (Antenach & Alamineh, 2019).

3.1.7 Mudança do partido dirigente

Após o culminar de três décadas do governo da EPRDF, o cenário político etíope tem assistido a profundas mudanças e reformas desde abril de 2018. O ED chegou a ser tido como uma ideologia ultrapassada, constatando-se a permanência de altos níveis de desemprego, altas taxas de inflação, queda nas receitas de exportação e escassez de divisas (Daka, 2021). Um dos exemplos, foram as novas regras relativas à abertura à competição com bancos estrangeiros, cuja presença não foi permitida na Etiópia até 2024, para que os bancos domésticos pudessem desenvolver primeiro certas capacidades (Hauge & Chang, 2019). Com a tomada de poder de Abiy Ahmed, na liderança do Partido de Prosperidade, o futuro do ED foi posto em causa, sobretudo dadas as medidas de liberalização económica adotadas (Hailemariam, 2021) e o foco crescente numa nova ideia: *Medemer*. Realmente, o governo poderá não recorrer ao termo como dantes, no entanto, o conceito *Medemer* não assume a subscrição de nenhuma ideologia específica e visa sobretudo uma abordagem de sinergia, pelo que a intervenção tenderá a continuar, mesmo que seguindo um novo rumo (Dejene & Cochrane, 2018). Collins (2022), avalia o plano de privatizações como fazendo ainda parte de um enquadramento desenvolvimentista, reforçando o Estado a sua posição, por exemplo, através de parcerias público-privadas.

3.2 Características essenciais

3.2.1 Liderança

Apesar da estrutura federal¹³ e descentralizada do Estado, a orientação *top-down* na definição das políticas e da transformação industrial, bem como a logística de coordenação centralizada das práticas do ED foram traços incontornáveis (Fantini, 2013; Antench & Alamineh, 2019; Fukuyama, 2019), tendo o governo instaurado modos de governança autoritários, expandindo o seu controlo e poder (Dejene e Cochrane, 2018). Porém, tal não implicou que se deixasse de observar uma falta de coerência interna e de um entendimento comum sobre as reformas em vigor, futuros programas e visões de

¹³ Não será explorada a questão da compatibilidade do ED com o federalismo (Gebreselasse, 2019; Kelecha, 2022).

desenvolvimento (Bayeh, 2019), ainda que a liderança de Meles Zenawi tenha sido considerada transformacional, pela instauração de uma ideologia política diferente (Shifare, 2018). Na prática, o regime foi amplamente percebido como estando sob liderança da região do Tigray (Clapham, 2017), sendo notavelmente restringida a autonomia dos estados regionais em conduzir as suas próprias agendas de desenvolvimento (Ibrahim & Wolde, 2022), acrescentando-se também as disparidades na alocação orçamental a nível regional (Admasu, 2022).

Perante a incapacidade de se alcançar legitimidade de forma democrática (Gebremariam & Bayu, 2017), esta foi atingida maioritariamente pelo critério de *performance legitimacy*, sendo conseguida sobretudo pelo sucesso em direção a um amplo crescimento económico (Fukuyama, 2019; Bayeh, 2019).

Argumenta-se como uma das principais barreiras ao ED na Etiópia são os problemas na instalação de instituições capazes (Berhe, 2021), eficientes e responsivas (Daka, 2021). Não obstante dos esforços da EPRDF em construir estruturas institucionais necessárias, estas foram sendo construídas de forma fragmentada (Gebremichael, 2020). Criada em 2013, a *National Planning Commission* (NPC) (Desta & Defere, 2020) acabou por não alcançar o status de agência piloto, não tendo sido capaz de coordenar eficazmente as agências envolvidas no processo de industrialização (Gebremichael, 2020). Para além de uma agência piloto, faltou também uma iniciativa tão ou mais influente na difusão do discurso hegemónico como foi, por exemplo, o movimento *Saemaul Undong* da Coreia do Sul (Sonn & Gimm, 2013).

3.2.2 Burocracia

Estando organizada de forma diferente dos ED do LA, a burocracia continua fraca e ineficiente (Gebremariam & Bayu, 2017), pouco autónoma (Kelecha, 2022), com falta de responsabilidade e transparência (Castells, 1992; Daka, 2021). A contratação com base na lealdade política e em quotas étnicas ao invés do mérito (Jebena, 2015), fez com que o interesse em manipular a burocracia por parte das elites dominantes fosse uma realidade, recorrendo-se a esta como base para práticas de patronagem e punição de oponentes (Kelecha, 2022). Além disso, aponta-se que o apoio moral e material inadequado pode ter inviabilizado a captação de recursos humanos capazes e comprometidos (Castells, 1992), não sendo comuns as recompensas para encorajar o bom

desempenho (Assefa, 2020). Não obstante das reformas ao nível da função pública, julga-se que o governo da EPRDF não foi efetivo na mudança do sistema (Daka, 2021). No artigo “*Reexamining the Politics of “Developmental State” in Ethiopia: Was/Is Ethiopia a Developmental State in EPRDF Regime? A Study From 1991-2018*”, o autor sintetiza como resultado da sua análise a prevalência de uma cultura de corrupção, crime organizado e *rent-seeking* (Admasu, 2022). Verificou-se que o autoritarismo não conduziu a uma maior autonomia da burocracia e houve pouca compatibilidade das motivações individuais dos atores estatais com a concretização de metas coletivas.

3.2.3 Setor privado

Além do que já foi exposto, o Estado falhou em criar um setor privado doméstico independente, consistente e internacionalmente competitivo (Getachew, 2018; Hauge & Chang, 2019; Admasu, 2022; Hamza, 2022), sendo de referir como a aliança entre o mesmo e o público permaneceu fraca (Admasu, 2022). A relação foi marcada pela desconfiança mútua, falta de compromisso e de *engagement*, ainda que de louvar a tentativa de estabelecer fóruns de diálogo (Gebremichael, 2020; Hamza, 2022). A relação de simbiose entre a burocracia e o setor privado doméstico que caracterizava os EDs do LA ficou muito aquém, sendo as empresas estatais e estrangeiras os atores dominantes da economia (Hauge & Chang, 2019).

3.3 O desafio da identidade nacional

A identidade nacional pode ser construída com base nos valores políticos e experiências partilhadas que servem de alicerce para que várias comunidades possam prosperar (Fukuyama, 2018). As metanarrativas ajudam a que as comunidades percebam quem são, guiando valores, crenças e comportamentos (Kaplan, 2022). Remetendo-se para a ideia de nação enquanto comunidade política imaginada- conceito proposto por Benedict Andersen- observa-se que através de uma identidade comum é formado um senso de comunidade, ficando os seus membros dotados de uma mentalidade de companheirismo necessária à sobrevivência e desenvolvimento de uma nação (Ji & Zhang, 2023). Essa imagem de comunhão, partilhada até mesmo por quem nunca se irá cruzar, faz com que a noção de identidade nacional esteja também ligada às de solidariedade e coesão social (ibid.). As identidades nacionais são formadas a partir de

interações contínuas, alvo de mudança e de construção constante, enriquecidas pela diferença e valorizadas pelo diálogo (Amante, 2011). Não estão fora da representação do que se foi e, mais do que ser, têm a ver com tornar-se (Hall, 1996).

Olhando, por exemplo, para como os EUA construíram o seu Estado moderno, o facto de, desde os primeiros dias da república, estarem dotados de uma forte identidade nacional, menos enraizada na etnicidade ou na religião do que num conjunto de valores políticos centrados na lealdade a instituições democráticas, é tido como um fator vantajoso face a muitos países em desenvolvimento de hoje (Fukuyama, 2015).

Apesar de ter sido capaz de resistir ao colonialismo, a Etiópia não deixou de escapar à influência de táticas que os poderes coloniais praticavam nas suas colónias, desde o que refere à política de assimilação à lógica do “dividir para reinar” (Ibrahim & Wolde, 2022). Durante o período de ditadura militar de Derg (1974-1991), os projetos de *nation-building* buscavam a criação de uma identidade nacional comum em torno da cultura e língua Amhara (Aloo, 2021). Desde 1995 que a Etiópia se classifica enquanto federalismo, abarcando mais de 80 grupos etnolinguísticos, organizados em 11 estados-membros (Ibrahim & Wolde, 2022). Várias são as significações sobre a identidade nacional e apesar da grande diversidade, inter e intra-regional, há uma polarização significativa baseada em linhas étnicas e religiosas ao nível do cenário político do país, contabilizando os grupos Amhara e Oromo mais de 64% da população. Na maioria das regiões é dado o nome do grupo étnico maioritário nesse território e questões ligadas à gestão da etnicidade têm gerado conflitos (ibid.). A fragmentação tem comprometido a ação coletiva e as interpretações distorcidas da história têm impedido o desenvolvimento de um projeto nacional comum (Berisso & Sorsa, 2025). As divisões têm sido aprofundadas e os esforços rumo à unidade dificultados, reforçando-se certas forças de poder e marginalizando-se outras (ibid.). A promoção de um forte senso de identidade nacional tem sido limitada pela politização da etnicidade e dificuldade em regular as identidades étnicas (Birhan, 2024).

Embora não seja um fator desenvolvido nas análises convencionais do ED, segundo Fukuyama (2019), a falta de uma identidade nacional “unificadora” tem condicionado o seu funcionamento na Etiópia. De facto, dado o cenário de heterogeneidade, a população ainda pode atribuir grande importância à identidade étnica e mesmo que já possa existir um certo senso de identidade nacional, este poderá não corresponder, por exemplo, às exigências da industrialização (LSE, 2024). As evidências sugerem a correlação da

industrialização com um forte senso de identidade nacional, em que o Estado tende a recorrer ao sistema de educação como mecanismo para a criação de uma sociedade industrial moderna, mas não há garantia que maior educação, por si só, se correlacione com um maior senso de identidade nacional (ibid.). Dada a diversidade existente, a questão da funcionalidade tem-se imposto, uma vez que se torna uma tarefa impossível retratá-la de uma forma prática, por exemplo, ao nível das infraestruturas (Gallagher et al., 2022). O design, materiais e técnicas de construção de edifícios modernos, sobretudo em Addis Ababa, acabam então por refletir a importação de uma estética e métodos estrangeiros, supostamente neutros, afastando-se do seu *background* histórico, económico, político, social e cultural. No entanto, a preservação da tradição é ameaçada sobretudo pelas instabilidades internas e não tanto pelas ideias arquitetónicas estrangeiras que visam tornar-se numa solução para essas mesmas discordâncias. É de referir a ausência de uma “uma grande narrativa ou valor geral que mantenha as partes unidas”, representando os significados sociais partilhados pelos membros das comunidades e que se reveja no próprio tipo de infraestruturas edificadas, evitando que estas se vão traduzindo em objetivos materialistas e de curto-prazo (ibid.). Se por um lado pode ser considerada uma ideia emprestada de outros países, por outro, julga-se que a lógica do ED possa ajudar a evitar a subjugação a influências externas, que tanto podem estar alinhadas com o tipo de identidade que o país procura salvaguardar, dirigi-lo para que se ajuste a certo tipo de identidade que seja oportuno seguir ou descaracterizá-lo. No entanto, a verdade é que dada a dinâmica associada à industrialização do LA e ética de trabalho capitalista, o ED pode associar-se à perda de parte da riqueza cultural existente. Neste contexto, impõe-se o dilema do que é objetivamente pobreza e por isso intolerável, do que pode consistir em parte do património histórico e cultural que um país deve valorizar e não fazer desaparecer.

Encontrar uma forma de equilibrar a unidade e a diversidade no quadro do federalismo étnico, promovendo-se a comunicação e reconciliação, é fundamental para uma identidade nacional coerente (Birhan, 2024). Para que se possa chegar a um consenso, é necessária uma abordagem compreensiva que vise a distribuição dos recursos com equidade, o estabelecimento de acordos de *power-sharing*, a colaboração e a inclusão interétnica, bem como a resolução de injustiças históricas (ibid.).

Avaliando o conceito *Medemer*, este poderá servir como potencial resposta, uma vez que através de uma visão holística, visa uma maior sincronização das relações sociais,

num esforço para criar unidade e resolver a fragmentação (USIP, 2020). Não por meio de uma identidade nacional monolítica, mas enfatizando o que as pessoas têm em comum e podem alcançar juntas, almejando-se que, dentro de uma coexistência pacífica, diferentes grupos se possam organizar em torno de um propósito de prosperidade partilhada (ibid.). Dessa forma, espera-se ser possível alcançar a estabilidade e a coesão social necessárias a uma melhor consolidação das características essenciais do ED.

4. CONCLUSÃO

Há um consenso entre os académicos do ED de que o desenvolvimento do LA não se deu através do sistema de livre-mercado, demarcando-se das explicações neoliberais (Hauge & Chang, 2019). Em termos gerais, sintetiza-se o ED como um Estado dotado da visão, liderança e capacidade para trazer uma transformação positiva à sociedade num período relativamente curto (Fritz & Menocal, 2007). Graças ao seu potencial, o ED ganhou alguma atratividade, enquanto uma fórmula inspiradora para impulsionar o desenvolvimento. Apesar do aumento no seu interesse, o debate à volta do ED assenta em muitas questões conceptuais e contextuais (Emmanuel, 2014) e na prática a sua implementação está associada a uma panóplia de complexidades, dificilmente se traduzindo em efeitos realmente transformadores. Num cenário marcado por novas tecnologias, alterações climáticas e uma reconfiguração da globalização (Rodrik & Stiglitz, 2024), várias são os desafios e as críticas com que o ED se depara. Reconhece-se como o ED pode ser tido como apenas mais uma teoria abstrata e redundante, cujo sucesso da implementação pode ser difícil de atribuir e quantificar, mesmo que existam casos em que este foi possível e um entendimento de que a experiência do LA continua a ser útil para investigar as condições críticas a montante de intervenções “certas”. Não numa ótica de “*one size fits all*”, até porque se reconhece que não há EDs homogéneos (CROP, 2018), mas no sentido de se olhar para papel do Estado enquanto agente responsável pela criação de condições necessárias para que, entre outros objetivos, se consiga erradicar a pobreza extrema (anexo 6). É incontestável o legado de esperança que a trajetória do LA deixou, mesmo que estratégias mais endógenas possam vir a tornar-se mais significativas. Considera-se que um modelo autoritário não deverá ser mais apropriado (Gebremichael, 2020), devendo o Estado contar com o apoio da maioria da população, preferencialmente sem recorrer a métodos de coerção e alienação da mesma.

É necessária uma sequência de etapas diferentes, ainda que estas continuem incertas (Fukuyama, 2019).

No caso da Etiópia, que oficialmente aderiu ao ED, não obstante de partilhar algumas características conceptuais com os exemplos clássicos (Kelecha, 2022), o distanciamento face às características essenciais destacadas na segunda secção foi preponderante. Destaca-se a fraca capacidade institucional e uma burocracia não politicamente neutra, nem profissionalmente competente (Woldegiyorgis, 2014). Se por um lado se assistiu a ganhos de crescimento económico e bem-estar, por outro, o autoritarismo e situações ainda chocantes de desrespeito pelos direitos humanos têm marcado a discussão do ED na Etiópia (CROP, 2018). É de relembrar como o crescimento económico sem precedentes não é tido como suficiente para que se considere a Etiópia um ED (Admasu, 2022). Ademais, tem-se constatado uma crescente concentração de poder e riqueza por parte de uma elite (Admasu, 2022), faltando um consenso claro sobre aqueles que devem ser os objetivos nacionais de desenvolvimento (Gebremichael, 2020). As complicações ao nível da cooperação na relação entre governo e empresas são uma barreira evidente, ainda que seja uma componente muito difícil de alcançar e manter segundo Johnson (1982). Realça-se a necessidade de formação burocrática, no sentido de encorajar uma ética de serviço público, uma moral anticorrupção, um *esprit de corps* e a busca por metas coletivas. Os sistemas de incentivos devem recompensar o trabalho e incitar a padrões de comportamento assentes na solidariedade organizacional, alterando-se a própria motivação intrínseca dos burocratas, pela internalização de certos valores (Chang, 2002). Crê-se que as reformas levadas a cabo pelo Partido da Prosperidade possam auxiliar à criação de um setor privado mais dinâmico e não representar uma ameaça em relação ao ED.

Apesar da dificuldade em encontrar informações disponíveis relativas ao desafio da identidade nacional e de ser um conceito sujeito a ambiguidade, fica patente a dificuldade de se acomodar a diversidade tendo em vista a unidade. Acredita-se que este fator, em especial, tenha possibilitado uma leitura mais integrada sobre o caso etíope e, embora não se tenha delimitado uma relação mais concreta, a falta de um senso de identidade nacional é tida como uma fragilidade que acaba por minar as características essenciais do ED, seja em termos de liderança, burocracia ou setor privado.

Atende-se ainda ao ED como uma ideia que pode ter ajudado a desencadear uma mudança de mentalidade, nem que seja na busca de outras alternativas. E mesmo que a

qualidade desta ideia possa ser refutada, é de notar como a escolha de uma orientação ideológica acaba por depender muito mais da sua adaptabilidade e adequação a um determinado contexto (Hailemariam, 2021). Fica evidente a existência de um ciclo responsável pelo desvanecimento do entusiasmo face ao ED e pelo facto de novas ideias poderem começar a ser mais atrativas, sobretudo à medida que aumentam as críticas e surge a necessidade de renovação. Tal fenómeno, torna-se interessante para investigações futuras, sobretudo considerando uma situação de profecia auto-realizável, averiguando-se como ideias credíveis e capazes de gerar a expectativa de que um país está realmente empenhado em se desenvolver se podem traduzir, por si só, no desenvolvimento. Embora a emergência da ideia *Medemer* aparente poder vir a substituir a do ED a uma primeira instância, a verdade é que poderá servir como o mecanismo que faltava para a efetivação das suas características essenciais, pelo que esta continuará a ser uma questão adequada para guiar futuras pesquisas. Tendo vindo a marcar o discurso político há já duas décadas, é importante compreender melhor se efetivamente o ED se tornou um mero *slogan* ou se está ainda num estágio inicial em termos de divulgação das suas características essenciais. A criação de melhores pontes entre o governo e as OSC, por exemplo, é um tópico passível de ser aprofundado, sendo que a recolha de dados primários poderá revelar-se vantajosa. Nesse sentido, considera-se que a realização de entrevistas poderá trazer uma componente valiosa a estudos futuros, nomeadamente aqueles que possam também facultar um retrato mais próximo sobre o desafio da identidade nacional. Para um entendimento mais profundo do ED na região da África Subsaariana, a análise da situação de outros países poderá acrescentar novas perspetivas e/ou traduzir-se em confirmações adicionais sobre o que foi exposto nesta dissertação. É especialmente importante olhar para casos que mesmo não adotando a ideia ED de forma tão óbvia como a Etiópia, poderão ir ao encontro de alguns dos seus traços, comparando até que ponto assumir intenção de seguir esta retórica *a priori* foi assim tão determinante, sobretudo tendo em mente como os exemplos clássicos só foram classificados como EDs em retrospectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abebe, S. (2018). The Developmental State Model in Ethiopia: A Path to Economic Prosperity or Political Repression? *Social Evolution & History*, 17 (1), 123–139.
- Abie, M. (2021). *Challenges of Building Developmental States in Africa: The case of Rwanda and Ethiopia*. Addis Ababa University.
- Admasu, G. (2022). Developmental State in EPRDF Regime? A Study From 1991-2018, *PanAfrican Journal of Governance and Development*, 3(1), 163-185.
- Alemayehu, T. (2009). The Ethiopian Developmental State: Requirements and Perquisites, *Journal of Business & Economics Research*, 7 (8), 11-18.
- Aloo, A. (2021, 30 Mar). *Ethiopia urgently needs inclusive national dialogue*. Alkazeera.
- Amante, M. (2011). *Identidade nacional: Entre o discurso e a prática*. Porto, Fronteira do Caos Editores e CEPES.
- Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay! *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 75–111.
- Amsden, A. (2001). *The Rise of "the Rest": Challenges to the West from Late-Industrializing Economies*. New York: Oxford University Press.
- Andrews, Nathan, & Chulenyé, Nwapi (2018). Bringing the state back in again? The emerging developmental state in Africa's energy sector, *Energy Research & Social Science* 41, 48–58.
- Anteneh, Kumilachew, & Alamineh, Assaye (2019) The Political Economy of the working Democratic Developmental State of Ethiopia: Premises and Challenges. *Journal of Sustainable Development in Africa*, 21(3), 204-221.
- Asabu, M. (2017). Successes and Failures of International Financial Institutions (IFIs) in Exporting Neoliberalism in Africa: The Case of Ethiopia, *International Journal of Political Science and Development*, 5(6), 203-209.

Assefa, H. (2020). Meritocracy, Career Development, and Promotion in Ethiopian Civil Service. In: *Public Administration in Ethiopia*, Leuven University.

Bayeh, E. (2019). Developmental State of Ethiopia: Reflections on the Costs of Viewing Economic Growth as a Governance Criterion. *RUDN Journal of Political Science*, 21(4), 642-660.

Berhe, T. (2021). The Status of Democratic Developmental State in Ethiopia: Is It Rolling Back or Rolling Forward? *PanAfrican Journal of Governance and Development*, 2 (1), 124-147.

Berisso, T., & Sorsa, L. (2025). *Reassessing National Unity in Ethiopia: Strategies for Nation Building Amidst Diversity and Challenges*. *The Journal of Oromo Studies*, 29(2), 24–59.

Bhorat, H., & Tarp, F. (2016). *Africa's Lions: growth traps and Opportunities for Six African Economies*. Washington, D.C. Brookings Institution.

Bitew, B. (2021). Matrimony of Discordant: Developmental State and Ethnic Federalism in Ethiopia, 2001–2018. *Journal of the Global South*, Bandung 8.

Birhan, A. (2024). *Ethnic Identity and National Unity in Ethiopia: Challenges and Opportunities for Building National Consensus*. *Journal of Political Science and International Relations*, 7(2), 40-47.

Bolesta, A. (2007). China as a Developmental State. *Montenegrin Journal of Economics*. 5, 105-111.

Brodhant, J., Jin, J., Chien, Yu-Ju, & Yoo, Eunhye (2006). Developmental States and Environmental Limits: Regime Response to Environmental Activism in Japan, Taiwan, South Korea and China East Asia Institute, *Working Paper Series*, 6.

Brown, Stephen, & Fisher, Jonathan (2020). Aid donors, democracy and the developmental state in Ethiopia, *Democratization*, 27 (2), 185-203.

Caldentey, E. (2008). The Concept and Evolution of the Developmental State. *International Journal of Political Economy*, 37 (3), 27-53.

- Castells, M. (1992). Four Asian Tigers with a Dragon Head: A Comparative Analysis of the State, Economy, and Society in the Asian Pacific Rim. In: Richard Appelbaum and Jeff Henderson (eds). *States and Development in the Asian Pacific Rim*. London, UK: Sage, 33-70.
- Chang, H-J. (2002). Breaking the Mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and the state. *Cambridge Journal of Economics*, 26(5), 539-559.
- Chang, H-J. (2003). The East Asian Development Experience. In: H-J Chang, *Rethinking Development Economics*, Anthem Press, 2003.
- Chang, H-J, & Grabel, Ilene (2005). Reclaiming Development from the Washington Consensus, *Journal of Post Keynesian Economics*, 27(2), 273- 291.
- Chu, Y-W. (2016). *The Asian Developmental State Reexaminations and New Departures*, 1, Palgrave Macmillan.
- Clapham, C. (2017). The Ethiopian developmental state. *Third World Quarterly*, 39(6), 1151-1165.
- Collins, C. T. (2022). The meaning and uses of privatization: the case of the Ethiopian developmental state. *Africa*, 92(4), 602–624.
- CROP (2018). *The Democratic Developmental State: North-South Perspective*. Stuttgart. Ibidem Press.
- Cunha, A. (2012). O Paradigma do Estado Desenvolvimentista e o “Retorno” da Política Industrial. *Pesquisa & Debate*, SP, 23 (2), 291-316.
- Daddi, T. (2013). *The Emergence of Democratic Developmental States in Africa: The Ethiopian Experience*. SSRN.
- Daka, T. (2011). *Understanding the Shift in Ethiopia’s ‘Developmental State’ Trajectory: A Political Settlement Perspective*. CERIS.

Debanes, Pauline, & Lechevalier, Sébastien (2014). Resurgence of the Concept of the Developmental State: Which Empirical Reality for Which Theoretical Revival? *Critique Internationale*, 63(2), 9-18.

Deslandes, S. Ferreira (1993). A construção do projeto de pesquisa. In: Minayo, Maria Cecília de Sousa (Org.) et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Dejene, Melisew e Logan Cochrane (2018). Ethiopia's developmental state: A building stability framework assessment. *Development Policy Review*, Wiley.

Desta, Abiot, & Defere, Girma (2020). Democratic Developmental State of Ethiopia: The State of Embedded Autonomy in View of National Planning Commission. *Ethiop.Journal of Soc.lang.stud*, 7(1), 21-48.

Doner, R. F., Ritchie, B. K., & Slater, D. (2005). Systemic Vulnerability and the Origins of Developmental States: Northeast and Southeast Asia in Comparative Perspective. *International Organization*, 59(2), 327–361.

Edigheji, O. (2005). *A Democratic Developmental State in Africa? A concept paper*. Centre for Policy Studies, Johannesburg.

Emmanuel, A. (2014). Debating Developmental States in Africa: Reflections on Culture and Civil Society in Botswana. *CUJPIA*, 2 (1), junho de 2014.

Estêvão, J. (2004). *Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O Papel do Estado*. Portugal: ISEG.

Evans, P. (1989). Predatory, Developmental, and Other Apparatuses: A Comparative Political Economy Perspective on the Third World State. *Sociological Forum*, 4(4), 561-587.

Evans, P. (1995). *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Evans, P. (2012). *Construção do estado desenvolvimentista do século XXI: possibilidades e armadilhas*. Traduzido por Saúde, desenvolvimento, ciência, tecnologia e inovação. São Paulo: Hucitec.

Fantini, E. (2013). Developmental state, economic transformation, and social diversification in Ethiopia. *ISPI*.

FDRE. (2011). *Ethiopia's climate-resilient green economy: Green economy strategy*. Federal Democratic Republic of Ethiopia.

Fritz, V., & Menocal, Rocha (2006). (Re)building Developmental States: From Theory to Practice. Overseas Development Institute. *Working Paper 274*.

Fritz, V., & Menocal, Rocha (2007). Developmental States in the New Millennium: Concepts and Challenges for a New Aid Agenda. *Development Policy Review*, 25 (5), 531-552.

Fukuyama, F. (2018). Why National Identity Matters. *Journal Of Democracy*, 29(4), 5-15.

Fukuyama, F. (2013). What is governance? *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, 26 (3), 347–368.

Fukuyama, F. (2019). *Democracy and the Future of Ethiopia's Developmental State Conference. Transcript of Keynote Remarks*. Addis Ababa, Etiópia, 11 de junho.

Gallagher, J., Mulugeta, D., Mekale-Selam, A., & Tomkinson, J. (2022). The histories buildings tell: aesthetic and popular readings of state meaning in Ethiopia, *Journal of Eastern African Studies*, 16 (1), 2-24.

Gaudreault, F. (2019). *Chasing the "East Asian Miracle" in Africa? A case study analysis of the Rwandan governance reform process since 2000*. Ottawa, Canada.

Gebremichael, Y. (2020). *Democratic Developmental State in Ethiopia: Experience from Tigray national Regional State (2001-2019)*. Addis Ababa University.

Gebreselasse, Y. (2019). *The compatibility between Democratic Developmental State and Federal System in Ethiopia: Lessons for Africa*. Addis Ababa University.

Gerocs, T., & Ricz, Judit (2021). *The Post-Crisis Developmental State: Perspectives from the Global Periphery. International Political Economy Series*. Budapest. Palgrave Macmillan.

Grebremariam, Fesseha, & Bayu, Abteuold (2017). Ethiopia: A Democratic Developmental State? *ILIRIA International Review*, 7 (2), 9-26.

Haggard, S. (2018). *Developmental States. Elements in the Politics of Development*. Cambridge University Press.

Hailemariam, E. (2021). *Developmental State Model within the Ethiopian Federation: Impacts on Multilevel Development Governance*. Addis Ababa University.

Hall, S. (1996). *Questions of Cultural Identity*. Stuart Hall e Paul Du Gay. SAGE publications.

Hamza, A. (2011). *The Impacts of the Developmental State Model on Competition, Efficiency and Performance: The case of the Ethiopian Banking Industry*. Heriot-Watt University.

Haque, M. (2023). Achieving sustainable development through developmental states in the 21st century. *International Review of Administrative Sciences*, 89 (2), 315–329

Hauge, J., & Chang, H-J. (2019). The Concept of a ‘Developmental State’ in Ethiopia. In: *The Oxford Handbook of the Ethiopian Economy*. Oxford: Oxford University Press.

Ibrahim, A. & Wolde, Kokebe (2022) *Between Failure and Redemption: The Future of the Ethiopian Social Contract*. Evanston: Northwestern Roberta Buffett Institute for Global Affairs and Northwestern University Libraries.

Jebena, B. A. (2015). Ethnic Federalism and Democratic Developmental State in Ethiopia: Some Points of Contradiction. *International Journal of Political Science and Development*, 3(7), 291-300.

Ji, Wenjun, & Zhang, Danhua (2023). *The Interactive relationship between National identity and citizenship education*. SHS Web of Conferences.

Johnson, C. (1982). *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Johnson, C. (1999). *The Developmental State: Odyssey of a Concept*. In: Woo-Cumings, *The Developmental State*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

Karaoğuz, H. (2020). Developmental States in Sub-Saharan Africa: Reflections on State, Development, and Foreign Policy. *İstanbul Üniversitesi Sosyoloji Dergisi*. 847–862.

Karaoğuz, H. (2022). The developmental state in the 21st century: A critical analysis and a suggested way forward. *Panoeconomicus*, 69 (1), 55-72.

Kedir, A, S. (2023). Developmental States in Africa: The Mauritian Miracle. *Akademik İncelemeler Dergisi* 18 (1), 123-140.

Kelecha, M. (2022). A critique of building a developmental state in the EPRDF's Ethiopia. *Canadian Journal of Development Studies*, 44(2), 293-311.

Khambule, B. I. (2020). Consolidating South Africa's Emerging Democratic Developmental State from Below. *The Strategic Review for Southern Africa*, 42(2), 155-177.

Kovacs, R. (2013). Developmental States and Gender-Equity. *E-International Relations*, 1-9.

Lavers, T. (2023). *Ethiopia's 'Developmental State': Political Order and Distributive Crisis*. *African Studies Series*. Cambridge University Press.

Leftwich, A. (1995). Bringing Politics Back in: Towards a Model of the Development State. *The Journal of Development Studies*, 31(3), 400–427.

LSE. (2024, 31 de outubro). *Industrialisation and national identity in modern Africa* | LSE Event [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=BbH3Z5Exyaw>.

Meyns, P. & Musamba, C. (2010). *The Developmental State in Africa, Problems and Prospects. INEF- Report 101/2010*. Institute for Development and Peace.

Mkandawire, T. (2001). Thinking about developmental states in. *Cambridge Journal of Economics*, 25, 289–313.

Nkunzi, S. (2021). *Is Ethiopia a Developmental State? An Enquiry into the Emergence of Domestic Capital in Complex Industrial Sectors*. University of the Witwatersrand.

Öniş, Z. (1991). The Logic of the Developmental State. *Comparative Politics*, 24(1), 109-126.

Oqubay, A. (2015). *Made in Africa: Industrial Policy in Ethiopia*, Oxford, Oxford University Press.

Pirie, I. (2017). Korea and Taiwan: The Crisis of Investment-Led Growth and the End of the Developmental State. *Journal of Contemporary Asia*, 48(1), 133-158.

Regeni, Giulio & Auktor, Georgeta (2017). *The Developmental State in the 21st Century: Calling for a New Social Contract*. German Development Institute.

Ricz, J. (2019). The Changing Role of the State in Development in Emerging Economies: The Developmental State Perspective. In: Miklós Szanyi, *Seeking the Best Master: State Ownership in the Varieties of Capitalism*. Central European University Press.

Rodrik, D., & Stiglitz, J. (2024). *A new growth strategy for developing nations*. New Global Economic Order.

Routley, L. (2012). Developmental states: a review of the literature. *Effective States and Inclusive Development Research Centre (ESID)*, Manchester: ESID.

Routley, L. (2014). Developmental states in Africa? A review of ongoing debates and buzzwords. *Development Policy Review*, 32(2), 159–177.

Rowe, C. W. (2021). Introduction. Mediating Unity and Diversity through Federalism in Ethiopia. *International Journal on Minority and Group Rights*, 28(5), 779-782.

Shifare, H (2018). Transformational Leadership (lesson from Meles Zenawi): The lesson of exemplary model for Developmental State governance. *International Journal of Advanced research in Management and Social Sciences*.

Shumuye M. (2015). The Success Stories of Developmental State Paradigm from Botswana and Mauritius: Lessons for the Contemporary African Countries. *Journal of Economics and Sustainable Development*, 6(19), 83-98.

Sonn, J. W., & Gimm, D. W. (2013). South Korea's Saemaul (New Village) movement: an organisational technology for the production of developmentalist subjects. *Canadian Journal of Development Studies / Revue Canadienne d'études Du Développement*, 34(1), 22–36.

Stiglitz, J. (1996). Some Lessons from the East Asian Miracle. *The World Bank Research Observer*, 11(2), 151-177.

Stiglitz, J. (2008). *From manufacturing-led export growth to a twenty-first-century inclusive growth strategy: Explaining the demise of a successful growth model and what to do about it*. UNU-WIDER.

UN (2012). *The Developmental State: What Options for Africa?* CGPP-III, Addis Ababa, Ethiopia.

UNECA (2011). *Gerir o Desenvolvimento em África: o papel do Estado na Transformação Económica*. Documento de síntese. Com. Adis-Abeba, março 2011.

USIP. (2020, 13 de fevereiro). *A Changing Ethiopia: Understanding Medemer*. [Vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=jKyP7M5NtSE>

Wade, R. (1988). State Intervention in 'Outward-looking' Development: Neoclassical Theory and Taiwanese Practice. In: White, G. *Developmental States in East Asia*. Palgrave Macmillan, Londres.

Wade, R. (1990). *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in Taiwan's Industrialization*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Wade, R. (2018). *Escaping the periphery: The East Asian “mystery” solved*. UNU-WIDER.

Williams, M. (2014). *The end of the developmental state?* Routledge. NY.

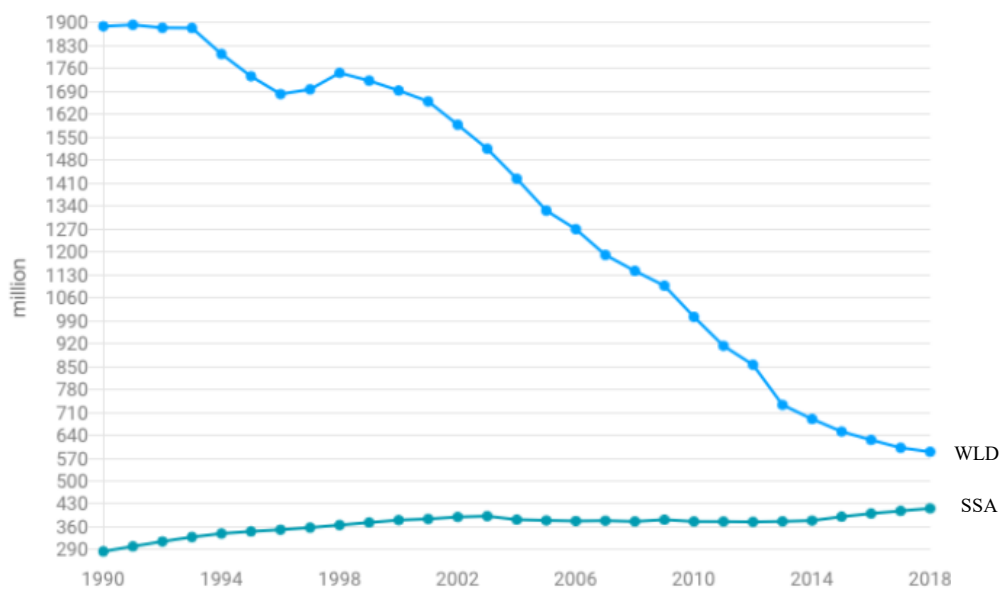
World Bank (1993). *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*, Policy Research Report.

ANEXOS

Anexo 1: Número de pessoas em situação de pobreza extrema na África Subsaariana e no mundo

Population living in poverty, million \$2.15

Population living below the poverty line (2017 PPP)



Fonte: Poverty & Inequality Platform (PIP), World Bank, 2025

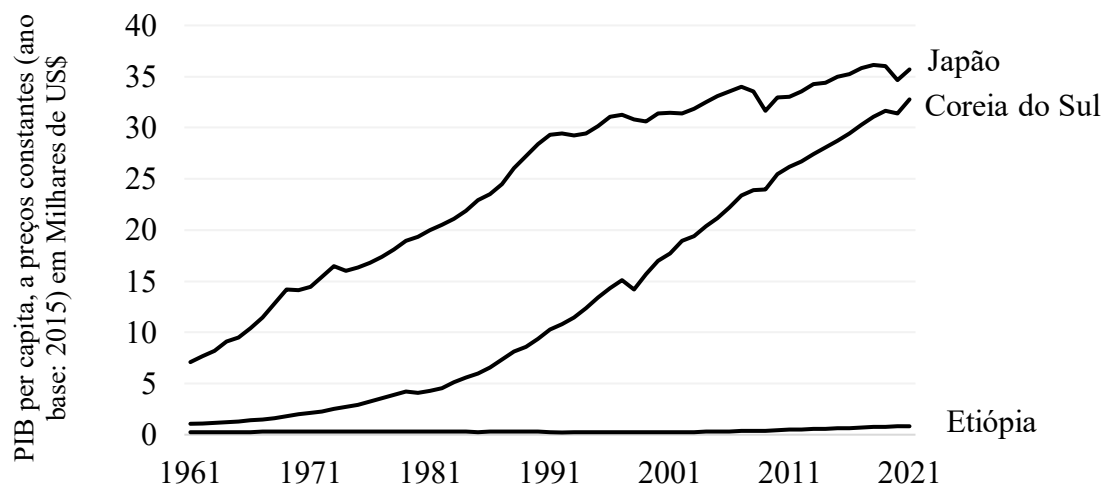
Anexo 2: Classificação de países por nível de rendimento

High Income Upper-middle Income Lower-middle Income Low Income Not Classified



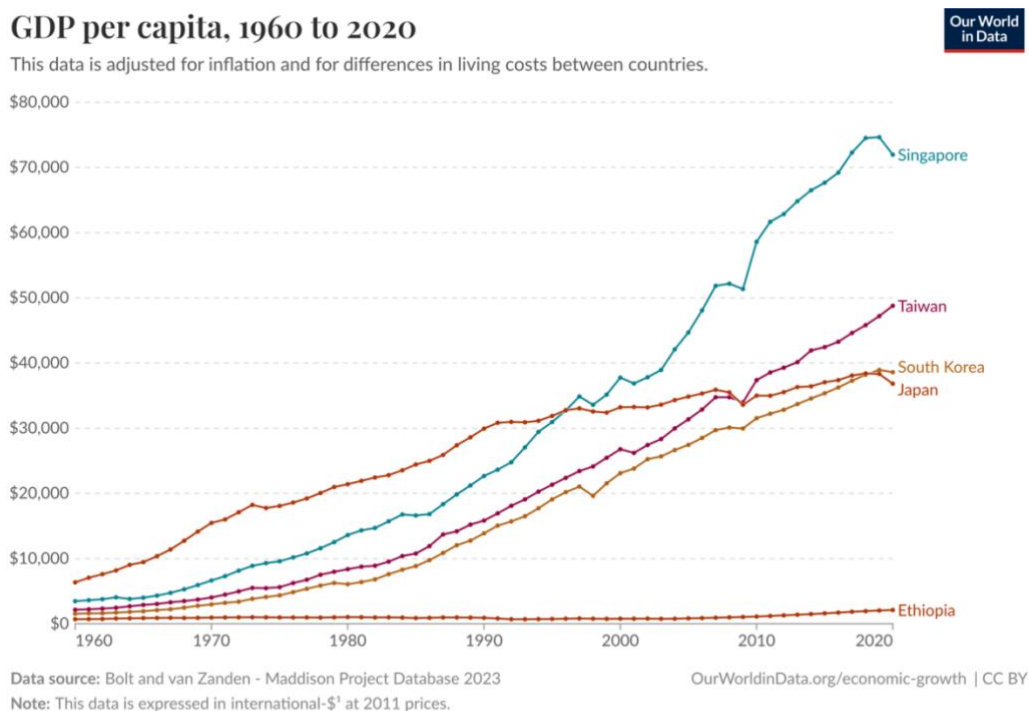
Fonte: World Bank, 2024

Anexo 3: Evolução do PIB per capita em países selecionados (1961-2021)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Bank (indisponibilidade de dados para Taiwan e Singapura)

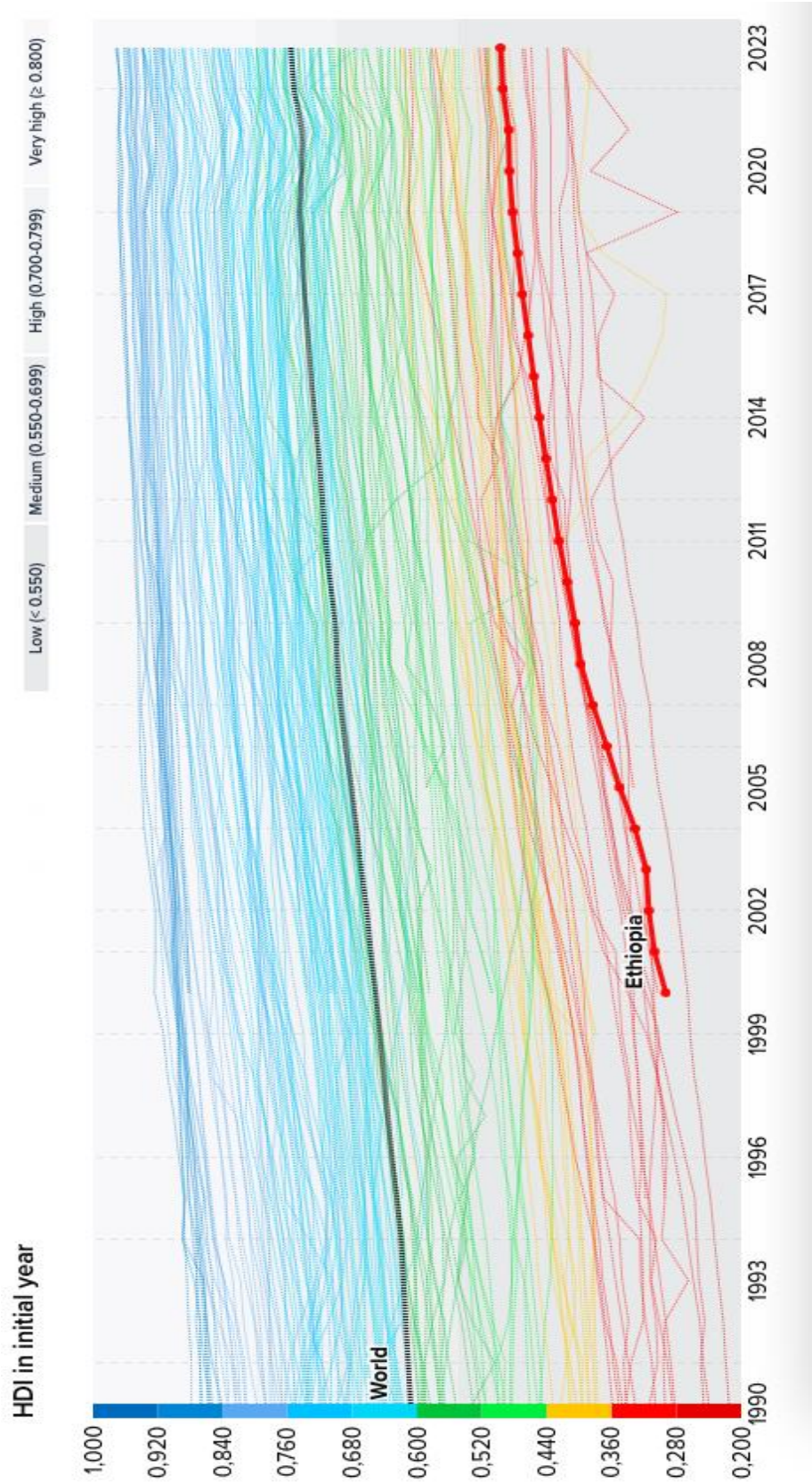
Anexo 4: Evolução do PIB per capital em países selecionados (1960-2020)



1. International dollars: International dollars are a hypothetical currency that is used to make meaningful comparisons of monetary indicators of living standards. Figures expressed in constant international dollars are adjusted for inflation within countries over time, and for differences in the cost of living between countries. The goal of such adjustments is to provide a unit whose purchasing power is held fixed over time and across countries, such that one international dollar can buy the same quantity and quality of goods and services no matter where or when it is spent. Read more in our article: What are Purchasing Power Parity adjustments and why do we need them?

Fonte: Bolt & van Zanden - Maddison Project Database 2023, processado por Our World in Data

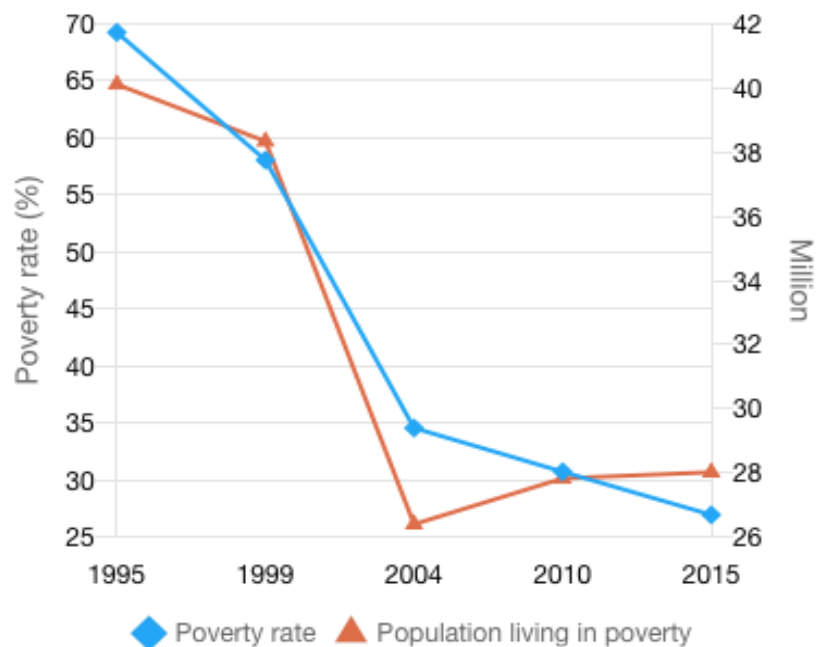
Anexo 5: Evolução dos valores de IDH na Etiópia no contexto mundial



Fonte: UNDP, 2025

Anexo 6: Indicadores de pobreza na Etiópia

Share of the population and population living in poverty at \$2.15 per day (2017 PPP) (1995-2015)



Fonte: World Bank, 2025